



Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 01/2023 - Reunião ordinária de 04 de janeiro de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 02/2023 - Reunião ordinária de 25 de janeiro de 2023**
 - 3. Projeto da Ata n.º 03/2023 - Reunião ordinária de 01 de fevereiro de 2023**
 - 4. Deliberação n.º 720/2023 – Proposta n.º 29/2023 – GAP – Representante do Município de Setúbal – Conselho Local de Saúde Mental**
 - 5. Deliberação n.º 721/2023 – Proposta n.º 30/2023 – GAP – Projeto de Regulamento da Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal**
 - 6. Deliberação n.º 722/2023 – Proposta n.º 31/2023 – GAP – Projeto de Regulamento de descarga de águas residuais industriais no sistema de drenagem do Município de Setúbal**
 - 7. Deliberação n.º 723/2023 – Proposta n.º 32/2023 – GAP – Procedimento para Empreitada de “Equipamento e Ligação ao Sistema do Furo de Captação CBR4 do Faralhão” - Delegação de Competências, para os Serviços Municipalizados de Setúbal**

8. **Deliberação n.º 724/2023 – Proposta n.º 33/2023 – GAP – Procedimento para Empreitada de Proteção Hidráulica, contra o golpe de Ariete, da Conduta Elevatória Pinhal de Negreiros – Bassaqueira - Delegação de Competências, para os Serviços Municipalizados de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 725/2023 – Proposta n.º 372/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Criação de fundo de maneiço para Feira de Santiago 2023**
10. **Deliberação n.º 726/2023 – Proposta n.º 373/2023 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
11. **Deliberação n.º 727/2023 – Proposta n.º 375/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Manteigada, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal, à Associação Moto Clube de Setúbal**
12. **Deliberação n.º 728/2023 – Proposta n.º 376/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Corpo Nacional de Escutas – Junta Regional de Setúbal, de parcela de terreno sita em Quinta do Meio, Praias do Sado**
13. **Deliberação n.º 729/2023 – Proposta n.º 377/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal – UDIPSS-Setúbal**
14. **Deliberação n.º 730/2023 – Proposta n.º 378/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de cedência temporária de uso de parcela de terreno sita na Urbanização das Padeiras, Rua Jacinto João, Freguesia de São Sebastião, Setúbal - Digal**
15. **Deliberação n.º 731/2023 – Proposta n.º 379/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de arrendamento para instalação de estação de fibra ótica da NOS**
16. **Deliberação n.º 732/2023 – Proposta n.º 380/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação do lote de terreno n.º 29, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 733/2023 – Proposta n.º 381/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação do lote de terreno n.º 49, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 734/2023 – Proposta n.º 382/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação do lote de terreno n.º 50, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 735/2023 – Proposta n.º 383/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Desportiva e Cultural Os Veteranos de Santo Ovídio**
20. **Deliberação n.º 736/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**
21. **Deliberação n.º 737/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
22. **Deliberação n.º 738/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'ago no âmbito do projeto Flamenquitos de Santiago**



23. **Deliberação n.º 739/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DEB/SEA – Aceitação do espólio doado por Maria Conceição Quintas para integração dos fundos documentais do Arquivo Municipal de Setúbal**
24. **Deliberação n.º 740/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DOM – Empreitada “CP 37/2009 – PIVZRS – Requalificação do Mercado Municipal do Livramento, em Setúbal” – Auto de receção definitiva - Homologação**
25. **Deliberação n.º 741/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2023**
26. **Deliberação n.º 742/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Basquetebol - Realização de etapa do Circuito Nacional de Basquetebol 3x3**
27. **Deliberação n.º 743/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à Associação Riscas Vadias – Decorações dos Santos Populares para a Baixa Comercial de Setúbal**
28. **Deliberação n.º 744/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2023**
29. **Deliberação n.º 745/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DCDJ/DICUL – Empréstimo de pinturas para exposição no Museu de Marinha em Lisboa**
30. **Deliberação n.º 746/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares 2023 – Preço e local de venda de bilhetes**
31. **Deliberação n.º 747/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DCDJ/DICUL – Marchas Populares de Setúbal 2023 - Apoio financeiro para transportes**
32. **Deliberação n.º 748/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DCDJ/DICUL – Moto Clube de Setúbal – Sado Summer Fest - Apoio financeiro**
33. **Deliberação n.º 749/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DCDJ/DICUL – São Domingos Futebol Clube – Apoio financeiro para o “São Domingos a Bombar”**
34. **Deliberação n.º 750/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DCDJ/DICUL – Associação dos Acordeonistas de Portugal – Apoio financeiro**
35. **Deliberação n.º 751/2023 – Proposta n.º 172/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de um conjunto de 3 edifícios industriais, de parque de contentores marítimos e de muro de vedação - Processo n.º 371/21**
36. **Deliberação n.º 752/2023 – Proposta n.º 173/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de alterações ao projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de uma unidade hoteleira - Processo n.º 47/22**
37. **Deliberação n.º 753/2023 – Proposta n.º 174/2023 – DURB/DIGU – Licença para legalização de obras de alteração de edifício e mudança de uso para armazém - Processo n.º 188/22**
38. **Deliberação n.º 754/2023 – Proposta n.º 175/2023 – DURB/DIGU – Licença para legalização de alteração e ampliação e de obras de ampliação de dois edifícios existentes, com mudança de uso - Processo n.º 132/22**
39. **Deliberação n.º 755/2023 – Proposta n.º 176/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 410/20**
40. **Deliberação n.º 756/2023 – Proposta n.º 177/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 550/21**
41. **Deliberação n.º 757/2023 – Proposta n.º 178/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 550/21**
42. **Deliberação n.º 758/2023 – Proposta n.º 179/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação de estabelecimentos de comércio, serviços e restauração, com obras de urbanização - Processo n.º 550/21**

43. **Deliberação n.º 759/2023 – Proposta n.º 180/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de legalização de alteração da fachada - Processo n.º 412/22**
 44. **Deliberação n.º 760/2023 – Proposta n.º 181/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de Informação Prévia para vinculação do uso afeto a parcela de terreno - Processo n.º 34/2**
 45. **Deliberação n.º 761/2023 – Proposta n.º 182/2023 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia para construção de 13 edifícios de equipamentos - Processo n.º 34/19**
 46. **Deliberação n.º 762/2023 – Proposta n.º 183/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de Operação de Loteamento - Processo n.º 964/99**
 47. **Deliberação n.º 763/2023 – Proposta n.º 184/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do Alvará de Loteamento n.º 3/12 - Processo n.º 1095/09**
 48. **Deliberação n.º 764/2023 – Proposta n.º 185/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura – Alterações - Processo n.º 210/20**
 49. **Deliberação n.º 765/2023 – Proposta n.º 186/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, alterações - Processo n.º 234/22**
 50. **Deliberação n.º 766/2023 – Proposta n.º 187/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação e alteração de uso de edifício - Processo n.º 85/22**
 51. **Deliberação n.º 767/2023 – Proposta n.º 188/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de um edifício habitacional - Processo n.º 102/21**
 52. **Deliberação n.º 768/2023 – Proposta n.º 189/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 312/20**
 53. **Deliberação n.º 769/2023 – Proposta n.º 190/2023 – DURB/GAPRU – Pedido de Informação Prévia Desfavorável sobre viabilidade de realização de obras de alteração e ampliação - Processo n.º 32/22**
 54. **Deliberação n.º 770/2023 – Proposta n.º 191/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de minuta para contrato de obras de urbanização e aceitação dos projetos de infraestruturas respetivos - Processo n.º 436/19**
 55. **Deliberação n.º 771/2023 – Proposta n.º 192/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – TUK-TUK – Para venda de água de coco - Processo n.º 105/19**
 56. **Deliberação n.º 772/2023 – Proposta n.º 193/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23**
 57. **Deliberação n.º 773/2023 – Proposta n.º 194/2023 – DURB/DIMOT – Prolongamento do projeto-piloto de micromobilidade: Instalação e operação de sistema de trotinetes e bicicletas elétricas de uso partilhado Bolt na cidade de Setúbal até conclusão procedimento por hasta pública para atribuição de licenças para exploração de serviços de partilha de velocípedes ou equiparados no espaço público**
 58. **Deliberação n.º 774/2023 – Proposta n.º 374/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 01/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes – Adjudicação**
 59. **Deliberação n.º 775/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPSD – Moção - Criação e implementação de uma unidade local de saúde no Concelho de Setúbal**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**



A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10.
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), em matéria de alvarás, conforme documento anexo registado sob o n.º 11.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2022, não sendo dramática a situação de Setúbal, com um aumento de 9 por cento da criminalidade geral de 2021 para 2022, se tivessem em linha de conta a situação pandémica, no que dizia respeito a essas questões de segurança, havia um aspeto que os preocupava, que era o facto de o crime mais participado (17,3 por cento) ser o de violência doméstica contra cônjuges ou análogos.

Uma vez que essa problemática encontrava resposta no Plano Municipal para a Igualdade, que era, como sabiam, um instrumento de planeamento de políticas públicas, e sendo uma das finalidades do documento que o senhor Vereador lhes tinha entregue o de prevenir todas as formas de violência contra mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo a violência no namoro, nesse documento que lhes tinha sido entregue existia a recomendação para a criação do Grupo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, para a conceção de um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e Doméstica, sua implementação e monitorização, que, face a esses valores, era de extrema utilidade.

Contudo, quando analisavam mais detalhadamente o “*website*” da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, tinham-se deparado com um documento “*online*”, datado de março de 2023, segundo o qual Setúbal não tinha Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação e tinham acabado por ficar confusos, uma vez que, em outubro de 2022, lhes tinha sido entregue o documento numa reunião da Câmara.

Gostariam de ser esclarecidos sobre esse aspeto e se, eventualmente, se tratasse de um equívoco, se se iria concretizar a recomendação que constava no documento que lhes tinha sido entregue, dada a preocupação perante os valores referidos no Relatório Anual de Segurança Interna.

Gostariam, também, de saber se já havia data prevista para o avanço do prolongamento da rede de água e saneamento previsto nos investimentos municipais para a Rua Baía do Sado, Rua Montinho da Cotovia e ruas adjacentes. Para quem ali residia era de extrema importância a questão, porque se encontravam havia demasiado tempo sem saneamento básico e questionavam-nos regularmente sobre essa questão.



Outra questão, a última, estava relacionada com o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que concretizava a transferência de competências no domínio da Saúde para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, atribuindo às câmaras o dever de elaborar o documento estratégico, que era a Estratégia Municipal de Saúde. Segundo o artigo 7.º, “a *Estratégia Municipal de Saúde contempla as linhas gerais de ação e as respetivas metas indicadores, estratégias, atividades, recursos e calendarização e corresponde a um instrumento de planeamento estratégico no domínio da saúde*”.

Importava referir que a Câmara Municipal, segundo o decreto-lei - qualquer uma – tinha um prazo de um ano, a contar da entrada em vigor do decreto-lei, para elaborar ou atualizar a Estratégia Municipal de Saúde, devidamente enquadrada e alinhada com o Plano Nacional de Saúde e os planos regionais e municipais, submetendo-a à aprovação da Assembleia Municipal. Pretendiam obter um ponto de situação relativamente a esse documento estratégico no Município de Setúbal.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha chegado ao conhecimento deles, através de um munícipe, que no final da Estrada da Morgada, na freguesia do Sado, estaria, havia muito tempo, depositado entulho de forma indevida, na beira da estrada. Pelas fotografias que o munícipe lhes tinha feito chegar, pareciam-lhes ser vários depósitos e não uma situação pontual, portanto parecia haver ali uma acumulação de algo que se poderia ter, infelizmente, tornado num hábito.

Portanto, atendendo àquilo que lhes parecia ser, também, pelos e-mails que lhes tinham sido reencaminhados, alguma dificuldade na resposta à exposição que o munícipe tinha feito, nomeadamente na resolução dessa questão, queriam questionar se o Município tinha, efetivamente, conhecimento dessa deposição de entulhos junto ao Estuário do Sado e, também, se já tinha sido tomada alguma diligência ou, se ainda não tivesse sido, que diligência seria tomada e qual era o período previsível para resolver essa questão.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o assunto que ali trazia não tinha propriamente a ver com uma responsabilidade direta da Câmara Municipal, mas tinha a ver com um princípio geral, que era o princípio geral da responsabilidade da Câmara Municipal sobre tudo o que se passava no respetivo concelho, no nosso concelho. Tinha a ver com a Unidade de Saúde Familiar do Viso.

A Unidade de Saúde Familiar do Viso, naquele momento, tinha um problema grave que tinha a ver com o amianto. A preocupação de todos os funcionários e de alguns utentes era muito grande, relativamente a isso, e já se começavam a contar as pessoas com problemas de saúde graves ligados a doenças cancerígenas e mesmo a mortes por cancro. Naturalmente que não iria dizer que a causa direta fosse o amianto, mas sabiam bem da ligação entre uma coisa e outra.

O que lhes tinham transmitido os responsáveis era que já havia dois casos de morte por cancro, havia dois casos de pessoas com cancro que tinham recuperado e estavam bem de saúde, felizmente, e havia dois outros, reformados, que tinham contraído essa doença.

Já eram casos suficientes e demais, que poderiam justificar alguma intervenção urgente ou, pelo menos, alguma preocupação direta da parte da Câmara ou direta da parte da Câmara junto o Ministério da Saúde.

A pergunta que deixava ao Sr. Presidente era se a Câmara tinha conhecimento dessa situação e se, tendo conhecimento dessa situação, o que pretendia fazer relativamente à mesma.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador Joel Marques, relativamente à Estrada da Morgada, naquele momento não tinha informação concreta sobre o processo e não sabia se o que ia responder correspondia à situação identificada, pelo que lhe pedia que lhe remetesse essa informação, para perceber, efetivamente, se as diligências que tinham sido tomadas correspondiam a essa informação.



A Câmara conhecia e já tinha atuado, inclusivamente tinha atuado junto da CCDR, que era a entidade que tinha, também, competência para atuar e para impedir a continuidade daquela ocupação indevida, mas o que lhe solicitava era que lhe enviasse, para perceber se estavam a falar do mesmo processo.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que uns munícipes lhes tinham feito chegar umas fotografias de um passeio com as pedras mal colocadas e que, na sequência disso, tinha havido algumas quedas, principalmente de população mais idosa, na Rua Pier Baldi, no Bairro de São Gabriel, mesmo em frente ao Supermercado Conceitos. Depois, até poderia enviar para os serviços, no sentido só de irem corrigir a calçada, para que isso não continuasse a acontecer.

Queria dar nota, também, de que na rotunda da Estrada dos Ciprestes com a Azinhaga de São Domingos, a passadeira estava desnivelada. Havia buracos no meio da passadeira e, portanto, convinha haver ali alguma intervenção, até porque as tampas também estavam desniveladas.

Por último, alguns munícipes tinham-lhes feito chegar que, ao domingo, quando era celebrada eucaristia na Igreja de São Julião, às 18 horas, com a colocação da pala que tinham ali na Praça do Bocage, tinham-se passado a realizar-se vários eventos que tinham coincidido com o horário da celebração e que, muitas vezes, com o som elevado, dificultava muito, quer ao padre quer aos fiéis, a celebração da eucaristia. O Padre Rui Rosmaninho, pelo que lhes tinha sido transmitido, já tinha remetido essa questão à Câmara Municipal e a informação que tinham era que ainda não tinha obtido resposta.

Portanto, seria de verificar se era coincidente com o horário e, eventualmente, diminuir o som, no sentido de ser possível fazer a celebração. Não iriam ali falar da colocação da pala e do seu propósito, porque isso já daria outros temas, era aquela questão em concreto, que tinha mesmo que ver com a compatibilidade com a celebração da missa.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, considerando algumas das questões que tinham sido colocadas pelos senhores Vereadores e pelas senhoras Vereadoras, gostaria de dar ali alguns esclarecimentos.

Pedia desculpa pelo seu atraso, mas não tinha acompanhado toda a formulação da questão dirigida pela Vereadora Patrícia Paz. Pedia-lhe, caso entendesse que poderia ser uma boa forma, se lhe poderia fazer por escrito a questão que tinha colocado - porque não tinha acompanhado, efetivamente -, para poder responder com mais rigor à questão, porque, se não, pedir-lhe-ia que voltasse a repetir.

Portanto, se entendesse que, considerando que o plano estava finalizado, e, portanto, iria à reunião seguinte da Câmara, se lhe pudesse fazer chegar essa questão, ele, junto dos serviços, verificaria então. Tinha sido a parte que tinha apanhado da sua intervenção, da incongruência ou da coerência entre aquilo que eram as premissas do decreto-lei e o que estava integrado ou que pudesse estar vertido, depois, no plano.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a sua questão concreta tinha a ver com o facto de terem o Plano Municipal para a Igualdade, que lhes tinha sido entregue, e, ao consultar o “website” da Comissão, dizia que Setúbal não tinha. Deduzia que fosse um equívoco.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tomavam boa nota dessa questão e tentariam retificar junto de quem de direito.

Gostaria de responder, também, ao Sr. Vereador Fernando Negrão e com ele partilhar as comuns preocupações. Permissem-lhe, também, que, com a mesma veemência e preocupação com que tinha colocado as preocupações, no que dizia respeito à fragilidade das infraestruturas das unidades de saúde familiares, que, para grande circunstância das dificuldades de todos os utentes, era, infelizmente, uma realidade transversal à grande maioria das unidades de saúde familiares do concelho e era exatamente por essa questão que a Câmara Municipal tinha vindo, no diálogo que tinha mantido com a ARSLVT e, também,

com o gabinete do senhor Ministro da Saúde, a profunda incongruência entre aquilo que estava vertido nos autos para a transferência de competências e aquilo que, efetivamente, era a realidade que assistia a quem todos os dias se dirigia às mais diferentes unidades de saúde familiares, onde se integrava, objetivamente, aquela de que ali lhes tinha deixado nota.

Era absolutamente grave, era preocupante. Já tinham sinalizado por diferentes vezes essa situação, a par de outras, junto da ARSLVT. Podia dizer-lhe, a título de curiosidade - porque era um documento que, obviamente, constava - que essa mesma unidade de saúde familiar nem sequer constava no auto de transferência para a Câmara Municipal de Setúbal. Portanto, aproveitava a sua interpelação, absolutamente legítima e preocupante, que, de facto, depois, não ganhava sentido quando estavam a discutir, no quadro da transferência de competências, um conjunto de instrumentos como aqueles que a Vereadora Patrícia Paz - e muito bem! - ali tinha colocado, mas deviam ser francos. Definir uma estratégia, definir um plano quando estavam a tratar de circunstâncias e de infraestruturas cujo grau de deterioração era aquele que o senhor Vereador ali tinha descrito, a par de tantos outros que serviam a nossa população, a par de tantas fragilidades, era, de facto, constrangedor, confrangedor e absolutamente inquietante.

Portanto, o que lhe podia dizer, objetivamente à matéria que ali lhes tinha trazido, era que sim. A Câmara Municipal de Setúbal conhecia sim, a Câmara Municipal de Setúbal já tinha sinalizado sim. A Câmara Municipal, inclusivamente, relativamente ao que dizia respeito a essa mesma unidade de saúde familiar, tinha demonstrado disponibilidade para tentar perceber de que forma é que poderia intervir, sendo que, obviamente, ultrapassava as suas responsabilidades diretas, embora não deixasse de ser uma matéria que, na negociação que se tinha vindo a estabelecer relativamente à transferência de competências, era mais uma matéria que estaria omissa e que não poderia ficar de todo sem estar objetivamente considerada e perceberem em que medida é que o Governo considerava essa mesma unidade para transferir, porque, como era bom de compreender, não fazia qualquer sentido que, perante essa parcela de diagnóstico que ali lhes tinha sido trazida, grave, mas que era apenas uma parcela, que ficasse a Câmara Municipal com um ónus para o qual não tinha, depois, os meios e os recursos para o resolver.

Portanto, sem se calhar ser essa a questão aglutinada à pergunta objetiva, queria, também, transmitir essa preocupação e essa apreensão, mas dizer-lhe que estavam muito atentos. Aliás, a título de coincidência, tinham agendado, exatamente para a semana seguinte, uma visita técnica com os serviços da Câmara Municipal, quer aqueles que diretamente acompanhavam o processo de transferência de competências de ordem mais política, quer aqueles que, tecnicamente, como se tinha feito em todas as outras unidades de saúde familiar, tinha feito o levantamento de necessidades e o confronto entre aquilo que constava dos autos de transferência e aquilo que era a realidade desses mesmos equipamentos.

Para tranquilizar um bocadinho a Vereadora Sónia Martins, já tinham tomado boa nota da questão que o Sr. Padre Rosmaninho lhes tinha também transmitido, os serviços da Cultura já estavam a par da situação e, portanto, seria concertada essa questão, nomeadamente o horário da celebração que era realizada para não haver, obviamente, esse confronto ou esse ruído entre a realização, quer da celebração da missa quer dos eventos que pudessem estar agendados para a Praça do Bocage.

Sr. Presidente – Disse que queria juntar duas notas relativamente às questões que a Sra. Vereadora Sónia Martins tinha levantado. Relativamente às pedras soltas na calçada naquele local era uma situação que se verificava em vários pontos da cidade e, com as chuvas que tinham vindo ultimamente, havia situações que eram quase inacreditáveis. Como é que a água conseguia levantar as pedras da calçada? Era uma coisa, de facto... Mas isso só os devia motivar e dispersar, para estarem atentos para essas alterações climáticas e as consequências que tudo isso tinha quando chovia torrencialmente durante pouco tempo, mas era, de facto, devastador.

Tinham um conjunto de equipas no terreno, mas, mesmo assim, não era fácil fazer essa cobertura e algumas situações implicavam, mesmo, intervenções maiores, como era o caso,

no final da Rua Camilo Castelo Branco, no cruzamento da Rua Gomes Freire. Era uma coisa que até podia parecer que alguém tinha andado ali a levantar as pernas. Isso era, apenas, um exemplo, não sabia se era esse o caso que tinha referido, mas ainda bem que o tinha trazido ali, porque era importante irem assinalando isso e, quando essa informação chegava, naturalmente que os serviços iam pontualmente respondendo a essas situações. Eram mais alguns problemas que eram colocados na vida da cidade.

Relativamente à passadeira, também tinha tomado nota e, portanto, seria vista essa situação. Como era sabido, estava a decorrer ainda a empreitada das passadeiras. Tinham priorizado a pintura das passadeiras, em primeiro lugar, nas escolas e depois em outras zonas de maior frequência. Progressivamente iam cobrindo o concelho.

Relativamente a essa questão da Praça do Bocage e sobre o funcionamento da Igreja de São Julião, sobretudo aos domingos entre as 6 e as 7 da tarde, a esse problema o Sr. Vereador Pedro Pina já tinha respondido, naturalmente que essa troca de informação era a melhor forma de darem resposta aos problemas, às situações que iam acontecendo.

Quanto a uma questão que a Sra. Vereadora Patrícia Paz tinha colocado, sobre as questões da descentralização da saúde e da Estratégia Municipal da Saúde, achava que o Sr. Vereador Pedro Pina já tinha dado ali uma nota que achava que era bem demonstrativa da situação que viviam nessa área da saúde.

Quando foi feita a descentralização da área da educação para a Câmara Municipal, tinha dito que cumpriam a lei, mas isso não queria dizer que não continuassem a protestar contra aquilo que consideravam que não era bem feito. No caso da educação, era uma área de grande sensibilidade à qual não podiam deixar de corresponder, mas tinham manifestado isso. Tinham dito: *“OK, nós assumimos esta responsabilidade, mas assumimos o protesto”* - e tinham toda a razão, porque ainda não sabiam o que é que iria acontecer às nossas escolas, designadamente naquilo que tinha a ver com a requalificação e, também, a ampliação dos edifícios que tinham sido transferidos para a Câmara Municipal, que já estavam sinalizados havia muito tempo como intervenções urgentes e que continuavam sem saber como é que essa intervenção iria ser feita.

Tinha tido oportunidade de dizer na última visita, que tinham feito três semanas antes, a essas quatro escolas do concelho que estavam nesse estado, que, em cada uma delas, havia partes da escola que já não eram utilizadas, não podiam ser utilizadas para o efeito, para o ensino, e, portanto, pela população escolar e que, se viesse um inverno rigoroso, essas salas incapacitadas para serem utilizadas pela população escolar iriam aumentar e a informação que tinham era que a população escolar no concelho estava a aumentar, o que significava que precisavam de mais salas de aula para acolher essa nova população em idade escolar, que, naturalmente, se vinha instalar no concelho.

Fariam tudo para que esses que vinham de novo fossem tratados tão bem ou melhor como aqueles que cá estavam, mas, de facto, se viesse um inverno rigoroso, essa situação agravar-se-ia, mas o que era ainda mais complicado era que não sabiam ainda como é que iriam ser feitas essas intervenções. Não havia identificação da capacidade financeira ou dos meios financeiros para fazer as intervenções e estavam a falar de intervenções que tinham de recorrer aos procedimentos da Administração Pública.

Como sabiam todos, eram procedimentos morosos e, portanto, não sabendo, naquele momento, como fazer ou como ter acesso a fundos financeiros para fazer essas intervenções, estavam à espera de que essa informação lhes fosse dada pelo Governo e, depois, quando estivesse identificado, poderiam apresentar as candidaturas e, se as candidaturas fossem aprovadas, lançar os concursos.

Primeiro, era preciso elaborar os projetos, porque o Ministério da Educação dizia que não tinha os projetos e, portanto, a Câmara Municipal teria de elaborar os projetos para fazer essas intervenções. Depois, apresentar as candidaturas quando soubessem quais eram os fundos a que poderiam recorrer e, depois, lançar os concursos. Como sabiam, os concursos dessa dimensão para escolas dessa dimensão eram concursos que iriam levar entre 8 e 10 meses e, depois, teriam obras que iriam durar durante 2 anos, 2 anos e meio, se tudo corresse bem.



A questão era essa, de quem era a responsabilidade de, pelo menos nessas quatro escolas, terem uma situação de crescente degradação, de áreas crescentes que já não podiam ser utilizadas pela população escolar e de, ainda, terem um tempo, que andaria à volta dos 3 anos, se tudo corresse bem, para poder haver a obra de requalificação da escola. De quem era a responsabilidade dessas situações?

Por isso, que não ficasse dúvida nenhuma que tinham feito bem quando disseram que aceitavam - cumprindo a lei, aceitavam a descentralização da competência -, mas faziam-no sob protesto. Infelizmente, tinha razão e continuavam a ter razão.

Na área da saúde a situação, o modelo de descentralização, não era igual, mas tinha sido pior o processo. Não sabia, naquele momento, quantas câmaras é que ainda não tinham aceitado, ou, melhor, o modelo era diferente, portanto, também cumpriam a lei, aceitavam as competências, mas, como havia um modelo diferente, para aceitar as competências na plenitude seria necessário que assinassem os autos. Ora, as câmaras não podiam aceitar os autos. Pelo menos, uma grande parte das câmaras não tinha aceitado os autos, porque os autos não correspondiam à realidade, como o Sr. Vereador Pedro Pina tinha referido.

O que queriam fazer era que assinassem os autos, dizendo que estava lá alguma coisa, que, efetivamente, não estava e que estava alguma coisa a funcionar, que, efetivamente, não funcionava. Não aceitavam assumir essa responsabilidade, já chegava de assumir tanta responsabilidade.

Portanto, a propósito, também, do Centro de Saúde do Viso, queria dizer, também, que não tinham subscrito os autos e continuavam à espera de que as promessas do senhor ministro um dia pudessem ser cumpridas. Até já tinha ouvido dizer: *“O que é que querem que seja escrito nos autos, para poderem assinar?”* De vez em quando havia essas saídas, que também lhes custavam a acreditar, mas o que era facto era que, até àquele momento, não tinham assinado os autos, porque os autos não correspondiam à realidade e essa era uma situação que, de facto, também não permitia que tivessem qualquer Estratégia Municipal para a Saúde, num quadro de responsabilidades na descentralização de competências para a Câmara Municipal, quando, de facto, nem sabiam que competências é que estavam a assumir.

Acreditava que tinha sido bem claro, relativamente à questão que a senhora Vereadora tinha colocado e tinha-a formulado muito bem, uma pergunta que era de cumprir um quadro legal, mas que não podiam cumprir com determinações legais quando desconheciam, até, qual era a dimensão e quando é que estariam em condições de assumir esses autos e assumir em plenitude. Portanto, era para dar resposta, também, a essa questão que a senhora Vereadora tinha colocado. Pensava que as outras questões já tinham sido todas respondidas, não sabia se haveria mais questões que os senhores Vereadores quisessem colocar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era muito rápido, apenas para dizer que, relativamente à questão que tinha colocado pouco antes, a Vereadora Rita Carvalho tinha pedido se lhe podia remeter, mas os três *“mails”* que o gabinete deles tinha recebido tinham também sido encaminhados, no dia 2 de junho, pelo mesmo município, para o Gabinete de Apoio à Presidência. Portanto, eles estavam já, também, *“desse lado”*, para que pudessem analisar a questão que tinha sido colocada.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que só faltava responder à questão sobre se já havia alguma previsão para o avanço da situação do saneamento.

Sr. Presidente – Disse que, como já tinha dito à senhora Vereadora na reunião anterior, tinha sido pedido um empréstimo que tinha sido aprovado nos órgãos, já tinha sido lançado o procedimento. Portanto, o procedimento estava a decorrer e, logo que estivesse concluído, naturalmente que se iniciariam as obras relativamente ao saneamento.

Era um compromisso que tinham com as populações e esse compromisso tinha, também, a garantia financeira que até àquele momento não havia, porque, como sabiam, também o Tribunal de Contas tinha levado 6 meses a dar resposta ao pedir o empréstimo. Portanto, o

processo estava a decorrer relativamente à 1.ª fase, conforme o compromisso que estava estabelecido.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não queria ocupar muito tempo com aquele tema, mas impunha-se que, em razão a um esclarecimento importante sobre uma matéria que tinha vindo a ser colocada por diferentes vezes na reunião da Câmara, que, curiosamente, naquele momento fazia todo o sentido que também pudesse ser, de alguma forma, esclarecido, quer pelas matérias que já ali tinham discutido, quer pelo tom e pela forma com que tantas vezes, em particular, a bancada do Partido Socialista, sinalizava, sobre algumas matérias, a forma como a Câmara Municipal de Setúbal e o seu executivo municipal geria, no que dizia respeito ao “*dossier*” da transferência de competências e outras questões, alguns dos processos, tendo como prática, muitas vezes, responsabilizar ou adjetivar com a falta de capacidade, falta de planeamento, falta de antecipação.

Fazia aquele introito para falar de um tema que se chamava balcão SNS 24. O balcão SNS 24 era uma matéria que tinha sido trazida, inclusive, por outras bancadas, pela bancada do Partido Social-Democrata, no quadro, também, da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra - o próprio Partido Socialista também teria falado dessa matéria - e a Câmara Municipal de Setúbal tinha tomado em mãos a concretização dessa operação.

Gostaria de, em pouco mais de 30 segundos, dizer essa absoluta ultramaratona que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito com a Junta de Freguesia e de perceber se, sobre uma matéria com essas características, os adjetivos para classificar a incapacidade eram exatamente os mesmos. Portanto, dizer de uma forma muito rápida, que a Câmara Municipal, em setembro de 2022, tinha realizado uma primeira reunião com a Junta de Freguesia e com os serviços da Câmara Municipal que acompanhavam essa matéria, a Divisão dos Direitos Sociais e da Saúde. No dia 18 de outubro, tinha realizado uma primeira reunião com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal, com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e com o ACES Arrábida, onde tinha ficado demonstrado o nosso interesse em avançar. No dia 11 de novembro tinham recebido, por parte dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, os documentos e as informações necessárias, aos quais prontamente tinham respondido. Passados quatro dias tinha sido realizada uma reunião técnica para considerar as condições. Durante o mês de janeiro, a Junta de Freguesia tinha adquirido todo o material informático necessário e tinha contratado pessoal da Junta de Freguesia. Durante o mês de fevereiro, a Câmara Municipal tinha começado a enviar todo um conjunto de “*e-mails*”, no sentido de perceber a agilização do processo, quer aos Serviços Partilhados quer ao ACES Arrábida, situação essa que se tinha indo repetindo semana após semana, mês após mês.

Estando, naquele momento, a 7 de junho, queria partilhar que, ainda durante a semana anterior, tinham voltado a perguntar, face aos compromissos assumidos na Câmara Municipal, aos compromissos assumidos na Junta de Freguesia, junto da população, aos encargos assumidos pela Câmara Municipal e, em particular, pela Junta de Freguesia e a resposta que lhes era dada, uma resposta da responsabilidade direta do Ministério da Saúde, era que o sistema não funcionava.

Era para os senhores Vereadores e senhoras Vereadoras perceberem que, quando, por vezes, lhes era fácil a qualificar algumas coisas, deveriam ter, também, a atenção e o cuidado de perceber que havia, efetivamente, muita incapacidade por parte do Governo Central na agilização de uma resposta para um território que, como era sabido, tinha uma fragilidade objetiva no que dizia respeito a unidades de saúde, tendo de se socorrer das de maior proximidade, quer a do Sado quer a de São Sebastião, e que essa era uma resposta que, objetivamente, poderia contribuir para atenuar alguns serviços, que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia tinham feito todos os procedimentos para que se pudesse concretizar, assumindo ónus e encargos havia mais de 6 meses e continuavam a aguardar, mês após mês, que essa situação fosse resolvida.

Impunha-se que fizessem aquele esclarecimento, impunha-se que dissessem publicamente aquela situação, para que, de alguma forma, não fossem confrontados, porque é que, efetivamente, estando anunciada essa situação desde janeiro/fevereiro continuavam sem ter,

objetivamente, ao serviço daquela população em particular, essa oferta e a resposta prendia-se, única e exclusivamente, por parte de não haver um sistema operativo que fosse capaz de estar a funcionar e que pudesse, efetivamente, responder a uma parcela daquilo que era a oferta do Balcão de Saúde SNS 24.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o Sr. Vereador Pedro Pina sabia que tinha indo procurando saber o ponto de situação daquele assunto, até porque tinha ficado bastante preocupada quando tinha assistido, na Assembleia de Freguesia, precisamente de Gâmbia. Pontes e Alto da Guerra. Esse tinha sido um dos assuntos que tinha sido abordado e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tinha tido oportunidade de esclarecer os problemas com os quais se estavam a deparar.

Tinham tido uma reunião no ACES Arrábida no final do ano de 2022 e tinha-lhes sido transmitido, nessa reunião, que a previsão era que o Balcão SNS 24 estivesse a funcionar em fevereiro e até tinha partilhado essa informação com o senhor Vereador.

De facto, era de lamentar, porque esse era um serviço que o Partido Socialista apresentava como sendo uma pecinha do “puzzle” para poderem, como tinha dito o Vereador Pedro Pina, dar resposta a algumas das questões que a população tinha.

A verdade era que esse Balcão SNS 24 funcionava nalgumas freguesias. Nomeadamente no Montijo, isso acontecia. Portanto, importava, naquele momento, aferir. De facto, era um processo que já podia estar em funcionamento. Importava aferir, efetivamente, se ele não funcionava, se havia falta de vontade ou o que é que existia por detrás desse processo, porque, se o Balcão SNS 24 existia para dizerem que ele, de facto, tinha sido uma medida implementada pelo Partido Socialista, mas que, depois, na realidade, não se podia oferecer à população ou, então, oferecia-se a populações de determinados concelhos. Não era também novidade, sabiam que havia portugueses que eram discriminados em função do território onde viviam. Portanto, importava esclarecer essa questão.

Depreendia que a informação que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha acabado de transmitir era que aguardava resposta a um ofício que tinha enviado. Correto?

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a resposta que lhes tinha sido dada a um dos ofícios era que, face à situação exposta (“*para quando o funcionamento?*”), constatava-se que, devido a problemas de conectividade que diziam respeito ao protocolo de autenticação, tinham ocorrido diversos constrangimentos que impossibilitavam o regular e eficaz funcionamento do E-agenda.

Era nesse contexto que os serviços internos competentes para o efeito estavam a desenvolver todos os esforços, no sentido de sanar os referidos constrangimentos com a maior brevidade possível.

Portanto, desde fevereiro até àquele momento, era essa a resposta que lhes continuavam a dar, perante os compromissos já assumidos e perante as questões que eram colocadas, quer no quadro da Assembleia de Freguesia, quer às questões que tinham vindo ali a abordar em reunião da Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, a fazer fé naquilo que eram as afirmações do Sr. Vereador Pedro Pina – e, naturalmente, que faziam boa-fé naquilo que eram as suas afirmações -, naturalmente que não consideravam que fosse de todo aceitável que, de fevereiro até ao início de junho, esse processo não estivesse ainda resolvido.

Aliás, achava que, independentemente dos partidos políticos que estavam à frente, fosse do Município, fosse de uma freguesia, fosse no Governo de Portugal, essas questões nada podiam ter de ver, ao contrário daquilo que a Sra. Vereadora Sónia Martins ali tinha dito e tinha querido vincar, com opções partidárias ou com algum tipo de discriminação de cidadãos. Isso era perfeitamente absurdo, para não dizer que era ofensivo e que eram afirmações que a senhora vereadora, eventualmente, deveria provar, na medida em que fazia afirmações e acusações que eram bastante graves.



Mas, posto isso, considerando aquilo que, para eles, era a dificuldade em aceitar uma demora tão significativa na resposta, naturalmente que iriam procurar mais informação e voltariam ao tema na reunião seguinte da Câmara, mas já era um tema que queriam, efetivamente, ver ali discutido e aprofundado.

Sr. Presidente – Disse que, não havendo mais questões, davam por terminado o primeiro período de antes da ordem do dia e tinham algumas saudações apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Socialista e pedia-lhes que as apresentassem.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Disse que, uma vez que tinham várias saudações, iria dividi-las com o Sr. Vereador Domingos Semedo, tendo passado a apresentá-las [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 12 a 15]:

*“Saudação
Aniversário da Associação ABRAÇO*

A Associação ABRAÇO, Instituição de Solidariedade Social com caráter de utilidade pública, presta apoios e serviços no âmbito do VIH, hepatites virais e outras infeções sexualmente transmissíveis, celebrou o seu aniversário no dia 5 de junho.

Assinalou 31 anos de atividade e de importantes contributos para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da pessoa infetada e erradicação do VIH/SIDA, através da prestação de apoio a pessoas infetadas e afetadas por VIH/SIDA, da investigação, formação, prevenção e difusão de informação, de forma a combater o estigma e discriminação e defender os direitos das pessoas infetadas.

Com presença em cidades como Lisboa, Porto, Funchal, Braga, Aveiro e Setúbal, a Associação opera em diversas áreas de intervenção, nomeadamente na realização de testes rápidos de VIH, Sífilis, Hepatite B e C, e outras IST, no acompanhamento psicossocial e no acompanhamento psicológico.

Segundo dados divulgados em novembro de 2022, a realidade atual da situação de epidemiológica VIH/SIDA não é muito diferente da do período pré-pandemia, o número de novos casos continua a descer, mas mantém-se um número elevado de diagnósticos tardios. Neste sentido, é fundamental investir num reforço da prevenção da doença, alargando o acesso de PrEP (profilaxia pré-exposição) aos cuidados de saúde primários e às organizações de base comunitária, como é exemplo a ABRAÇO.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Associação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a ABRAÇO pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua existência, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual tem contribuído de forma inestimável para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das comunidades.”

*“Saudação
Aniversário da Delegação de Setúbal da ASSP – Associação de Solidariedade Social de Professores*

A Delegação de Setúbal da ASSP – Associação de Solidariedade Social dos Professores assinalou o seu 38.º aniversário no dia 21 de maio.

Fundada em 1985, a Delegação de Setúbal da ASSP foi a primeira de 15 delegações a ser criada, tendo desde 2003 um dos seus mais importantes ativos, a Casa dos Professores, uma estrutura residencial para pessoas idosas.

Para além desta valência, promove atividades de âmbito cultural e social, procurando encontrar respostas para a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos seus associados, os quais têm também à sua disponibilidade os serviços de fisioterapia, enfermagem, acompanhamento a consultas, formação de cuidadores informais, pet-sitting, formação na área da informática, entre outras.

Com cerca de 1500 associados, a Delegação de Setúbal da ASSP desempenha um importante papel para o desenvolvimento social e promoção do bem-estar e qualidade de vida no concelho de Setúbal. Através da sua intervenção junto dos professores, suas famílias, amigos e comunidade, promove a valorização profissional, científica, social, cultural e humana ao longo do ciclo de vida pessoal e profissional dos seus associados.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Delegação de Setúbal da ASSP pelo seu aniversário, reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta associação e fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da ARTISET – Associação de Artistas Plásticos de Setúbal

Fundada em 1991, a ARTISET – Associação de Artistas Plásticos de Setúbal celebrou o seu 32.º aniversário, no dia 19 de maio.

Assinalou 32 anos de contributos para o desenvolvimento cultural do concelho, pugnando pela promoção e divulgação da atividade artística em Setúbal. Tem, através das múltiplas atividades que oferece ao público, nomeadamente aulas e workshops de pintura, formações de cerâmica e pintura, palestras e tertúlias, apresentação de obras, entre outras, contribuído para tornar a arte mais acessível para os setubalenses, ao mesmo tempo que presta apoio e promove o trabalho desenvolvido pelos artistas.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela ARTISET, enquanto membro indispensável do movimento associativo setubalense, parceira fundamental para o desenvolvimento cultural e dignificação do bom nome da cidade de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação, órgãos sociais, associados e todos aqueles e aquelas que diariamente contribuem para o trabalho desenvolvido por esta entidade, por mais um aniversário.”

“Saudação

Aniversário da Experimentáculo – Associação Cultural

Fundada em 2006, a Experimentáculo – Associação Cultural celebrou, no dia 21 de maio, o seu 17.º aniversário.

Desenvolve uma importante atividade junto dos jovens setubalenses, através da dinamização de diversos programas e projetos, os quais têm como objetivo capacitá-los e proporcionar-lhes oportunidades para o seu desenvolvimento global e integral.

Através da organização de atividades de âmbito cultural e social, formativas e não formais, tem como objetivo e missão unir e estimular gerações através da cultura, do voluntariado e do ativismo.

As oportunidades que oferece aos jovens constituem-se importantes contributos para o seu desenvolvimento enquanto pessoas ativas e participativas no exercício da cidadania. As suas atividades têm ainda uma componente social e de inclusão bastante relevante, dando a oportunidade aos jovens de viajar e contactar com diversas realidades através de programas de intercâmbio onde são abordadas diferentes temáticas, desde a saúde mental, ao papel da cultura e do património na construção da sociedade europeia ou ao combate às alterações climáticas e na defesa da economia circular.

Desta forma, reconhecendo os importantes contributos da Experimentáculo para o desenvolvimento cultural e social do concelho de Setúbal, e para a capacitação dos jovens setubalenses, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Vereador Domingos Semedo – Apresentou as seguintes saudações [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 a 19]:



“Saudação

Vitória Futebol Clube Conquista Campeonato Nacional de Para Ténis de Mesa

Os atletas do Vitória Futebol Clube participaram no Campeonato Nacional de Para Ténis de Mesa | JOGOS SANTA CASA de 2022-2023 o qual se realizou no dia 27 de maio, no Pavilhão Municipal dos Pousos, em Leiria e juntou dezenas de atletas das classes 2 a 11 e de Síndrome de Down.

David Gézero, Luís Esteves e Nuno Duarte conquistaram o primeiro lugar na Classe 2 Equipas, tornando-se Campeões Nacionais após provas contra o F.C. Porto e ADTM Terras da Feira. Nas restantes categorias, os atletas do VFC alcançaram também o pódio, nomeadamente na Classe 2-3 Masculinos, com Nuno Duarte em 1.º lugar, na Classe 4-5 Masculinos, com Luís Esteves em 1.º lugar, David Gézero em 2.º lugar e Mário Gomes e Bruno Milho em 3.º lugar, na Classe 8 Masculinos, com Miguel Lopes em 3.º lugar e na Classe 11 Masculinos, com Pedro Correia em 2.º lugar.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, os atletas e toda a equipa técnica pelos resultados obtidos, os quais contribuem para o enaltecimento e dignificação do bom nome da cidade de Setúbal, frisando a importância do desporto em prol da inclusão, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida, e fazendo votos de continuação bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário do Volei Clube de Setúbal

Fundado em 1990, o Volei Clube de Setúbal assinalou o seu 33.º aniversário no dia 6 de junho.

Celebra 33 anos de contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, nomeadamente da modalidade de voleibol, tendo ao longo dos anos alcançado diversas vitórias, das quais se destacam o primeiro troféu oficial na Taça Primavera de seniores masculinos da Associação de Voleibol de Lisboa, na época 1997/1998, o primeiro título nacional ao vencer o Campeonato Nacional de Gira-Volei masculino no escalão 8-10 anos, na época 1999/2000 e a Taça Federação da 3.ª Divisão Masculina, na época 2016/2017.

Com uma atividade de âmbito fortemente competitivo, mas também formativo, tem trabalhado junto das crianças e jovens setubalenses, transmitindo aprendizagens fundamentais para desenvolvimento global e transversal das suas capacidades e competências.

O Volei Clube de Setúbal constituiu-se assim como um importante membro do movimento associativo setubalense, bem como um importante parceiro para o desenvolvimento desportivo e social do concelho, na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Neste sentido, e reconhecendo todos os contributos e atividade desenvolvida ao longo dos últimos 33 anos, os quais consagraram o Volei Clube de Setúbal enquanto um dos principais motores da dinamização do voleibol de praia em Portugal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Clube Ornitológico de Setúbal

Fundado em 1981, o Clube Ornitológico de Setúbal celebrou o seu 42.º aniversário no dia 20 de maio.

Aquele que é um dos mais antigos e prestigiados clubes ornitológicos a nível nacional, nomeadamente devido ao seu número de associados, conquistas em campeonatos nacionais e número de medalhas em campeonatos mundiais de ornitologia, assinalou 42 anos de atividade e de dinamização de exposições, organização de transporte de aves de associados

para eventos, organização de mostras de aves, apoio aos associados, apoio ao registo de aves no ICNB, registo de STAM (n.º de criador) junto da Federação Ornitológica Nacional Portuguesa e requisição e distribuição anual de anilhas oficiais C.O.M..

Atualmente com cerca de 567 associados, alguns destes campeões nacionais e mundiais, desenvolve uma importante atividade de âmbito desportivo, mas também no âmbito da observação, estudo, controlo e preservação das espécies, assegurando e contribuindo para a saúde das aves, e procurando promover o desenvolvimento sociocultural dos ornitólogos.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo toda atividade desenvolvida, saúdam e felicitam o Clube Ornitológico de Setúbal, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Clube de Montanhismo da Arrábida

O Clube de Montanhismo da Arrábida, associação desportiva sem fins lucrativos, celebrou o seu 41.º aniversário no dia 29 de maio.

Fundada em 1982, a Associação assinalou 41 anos de atividade e de contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, com especial enfoque na valorização e defesa do meio-ambiente, através da sensibilização para esta temática, na promoção do contacto com a natureza, mas também através de ações de divulgação e debate sobre as problemáticas ambientais.

Para além das modalidades que oferece, nomeadamente o pedestrianismo, o montanhismo, a alta montanha, a escalada desportiva e clássica em rocha, a orientação e o parapente, dinamiza ainda atividades de âmbito formativo e lúdico, tal como as formações técnico-desportivas e diversos projetos ambientais e desportivos, nas quais promove a integração e inclusão de toda a comunidade, em parceria com outras instituições e entidades.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pelo Clube de Montanhismo da Arrábida, contribuindo não só para o desenvolvimento desportivo do concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, mas também para a sensibilização para a proteção do meio-ambiente e dos recursos naturais, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Presidente – Disse que tinham, também, algumas saudações apresentadas pelos senhores vereadores do PSD.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 20]:

“Saudação

103.º aniversário do Clube Naval Setubalense

É com grande alegria e orgulho que saudamos o 103.º aniversário do Clube Naval Setubalense. Neste momento de celebração, é importante lembrar a história desta notável e mui nobre instituição, fundada em 6 de maio de 1920 por um grupo de notáveis setubalenses. Era um período desafiador para o país, após o término da Primeira Guerra Mundial e durante uma crise social e económica sem precedentes. Foi então que se decidiu lançar um clube com o objetivo de proporcionar à população de Setúbal o acesso à prática de desportos, especialmente os náuticos, aproveitando as excecionais condições naturais da região, em particular o nosso tão estimado rio Sado.

Ao olharmos para o passado, não podemos deixar de destacar a visão e o esforço daqueles que dedicaram o seu tempo e energia para estabelecer e desenvolver o Clube Naval

Setubalense. Graças a eles, esta instituição tornou-se um símbolo de desporto, união e tradição náutica de destaque internacional.

Neste 103.º aniversário, queremos expressar a nossa gratidão aos mais de doze mil sócios, direção, atletas, treinadores e colaboradores do Clube Naval Setubalense, que mantêm a chama do desporto náutico acesa e têm trabalhado arduamente para promover os valores deste clube. É graças a este empenho e dedicação ímpares que o Clube Naval Setubalense continua a ser uma referência e uma fonte de inspiração para todos os Setubalenses.

Ao longo dos seus 103 anos de história, o Clube Naval Setubalense tem acumulado uma impressionante lista de proezas e conquistas. Este clube notável deixa a sua marca nas águas e nos corações da nossa comunidade.

O Clube Naval Setubalense destaca-se enquanto um berço de talentos desportivos, formando atletas de excelência em diversas modalidades como o remo, mas também como a ginástica. Os seus atletas têm representado o clube e a cidade de Setúbal em competições a nível regional, nacional e internacional, alcançando resultados notáveis e conquistando inúmeras medalhas e troféus. As vitórias e os feitos desportivos dos atletas do Clube Naval Setubalense são uma prova do seu empenho, dedicação e habilidade.

Através dos constantes programas de formação, treinos e eventos desportivos, o clube incentiva o espírito de equipa, a superação pessoal e a paixão pelo mar. O seu envolvimento com a comunidade tem sido fundamental para despertar o interesse e o amor pelas atividades náuticas.

O impacto do Clube Naval Setubalense não se limita apenas ao desporto. A sua presença tem contribuído para o desenvolvimento social e cultural da região. O clube tem organizado eventos de carácter social, como regatas, festivais e encontros, que reúnem pessoas de diferentes origens em torno da paixão pelo mar. Essas iniciativas têm fortalecido os laços comunitários e criado momentos de alegria e união.

Não podemos esquecer a importância histórica do Clube Naval Setubalense. Ao longo dos anos, esta instituição tem preservado e celebrado a rica herança náutica da região, honrando as tradições e promovendo a cultura marítima. O clube tem sido um guardião das memórias passadas, contribuindo para a preservação da identidade local e para a transmissão de conhecimentos às gerações futuras.

Que venham muitos mais anos de sucesso, crescimento e momentos emocionantes no mar. Juntos, continuaremos a escrever a história deste clube magnífico e a fortalecer os laços que nos unem enquanto navegamos rumo a um futuro brilhante. Comemoramos o passado, abraçemos o presente e olhemos com entusiasmo para o futuro do Clube Naval Setubalense.”

(Após a leitura, disse que tinha só uma nota de natureza pessoal para acrescentar: Todas as crianças da sua família tinham passado pelo clube Naval.)

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 21]:

Saudação

31.º aniversário da ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA

É com profundo respeito e admiração que celebramos mais um aniversário de tão notável instituição como a ABRAÇO. Desde a sua fundação, a 5 de junho de 1992, tem desempenhado um papel crucial na sociedade portuguesa, consciencializando e apoiando pessoas afetadas pelo VIH/SIDA e respetivas famílias.

Ao longo dos anos, a ABRAÇO tem sido uma voz incansável na luta contra a discriminação e no combate às barreiras sociais que envolvem o VIH. Através do seu trabalho dedicado, a associação tem proporcionado informação essencial e facilitado o acesso a práticas terapêuticas, promovendo assim a saúde e o bem-estar das pessoas afetadas.

A ABRAÇO tem sido uma fonte de esperança e apoio para aqueles que vivem com VIH, oferecendo orientação, aconselhamento e acompanhamento personalizado. Através de



programas de intervenção social, a associação tem contribuído para a redução dos fenómenos de exclusão e estigmatismo que, muitas vezes, acompanham a doença.

Além disso, a ABRAÇO tem desempenhado um papel fundamental na consciencialização da sociedade. Via campanhas de sensibilização, eventos educativos e parcerias estratégicas, a associação tem trabalhado incansavelmente para quebrar os estigmas e promover uma sociedade mais informada e solidária.

Neste aniversário, é importante lembrar e reconhecer o impacto significativo que a ABRAÇO teve e tem na vida de tantas pessoas. Com o seu compromisso inabalável, a associação tem proporcionado esperança, apoio e dignidade a todos aqueles que enfrentam os desafios do VIH/SIDA.

Queremos expressar a nossa profunda gratidão e admiração a todos os membros, voluntários e colaboradores. O vosso trabalho incansável e a vossa dedicação têm sido fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária. Felicitamos-vos por mais um ano de realizações e pelo impacto positivo que têm tido na vida das pessoas afetadas pelo VIH/SIDA e respetivas famílias e amigos.

Que este aniversário seja um reforçar de forças e energias, relembrando sempre que o vosso trabalho é essencial e que continuaremos a apoiar-vos na vossa missão de proporcionar cuidado e esperança.

Juntos, continuaremos a lutar pela igualdade, pela consciencialização e pelo apoio a todas as pessoas afetadas pelo VIH/SIDA.”

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 22]:

*“Saudação
Aniversário da ARTISET- Associação Artistas Plásticos Setúbal*

É com grande alegria e entusiasmo que celebramos mais um aniversário de uma verdadeira instituição artística de referência nacional. Desde a sua fundação em 19 de maio de 1991, a ARTISET tem desempenhado um papel fundamental naquela que é a divulgação e promoção da atividade artística na região de Setúbal.

A missão fundamental da ARTISET é clara: promover e divulgar a riqueza artística da região, proporcionando aos seus membros um espaço para a exposição e integração das suas obras. Ao longo dos anos, a associação tem sido um veículo essencial para o desenvolvimento e a valorização dos artistas plásticos locais.

A ARTISET tem desempenhado um papel ativo na criação de oportunidades para os artistas da região, permitindo-lhes mostrar o seu talento e a sua expressão criativa ao público. Através da organização de exposições, eventos culturais e parcerias estratégicas, a associação tem contribuído para a projeção e reconhecimento dos artistas plásticos de Setúbal. Destacamos, com particular entusiasmo, as oportunidades que têm criado aos jovens artistas, fruto do prodigioso trabalho que desenvolvem com a comunidade escolar.

Além da promoção da atividade artística, a ARTISET também presta assistência aos seus associados. Por meio de apoio técnico, aconselhamento e orientação, a associação está comprometida em ajudar os artistas a desenvolverem as suas carreiras e a alcançarem o seu pleno potencial criativo.

Neste aniversário, felicitamos o amplo e honorável impacto positivo que a ARTISET tem tido na comunidade artística de Setúbal. Graças ao trabalho árduo e dedicado dos seus membros, a associação tem contribuído para enriquecer o cenário cultural da região e para fortalecer o vínculo entre a arte e a comunidade.

Queremos expressar a nossa profunda gratidão e reconhecimento a todos os membros e colaboradores da ARTISET. O vosso empenho e dedicação têm sido fundamentais para o sucesso da associação e para o florescimento da arte que tanto prestigia Setúbal ao transformá-la numa verdadeira referência cultural.



Por mais um ano de realizações e pelo impacto positivo que têm tido na vida dos artistas plásticos da região, gostaríamos de enviar as nossas sinceras saudações. Que este aniversário reforce o valor inestimável da arte e da importância contínua do vosso trabalho em promovê-la. Juntos, continuaremos a apoiar e valorizar a atividade artística de Setúbal, criando um legado duradouro para as gerações futuras.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 23]:

*“Saudação
Semana Académica Setúbal*

Ao longo dos anos, a Semana Académica Setúbal organizada pela AAIPS tem sido um momento de celebração, cultura e convívio, refletindo o espírito académico e o dinamismo dos estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal.

Neste momento de celebração, agradecemos à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal por todo o empenho e dedicação na organização da semana académica. Os estudantes de Setúbal tiveram a oportunidade de desfrutar de momentos inesquecíveis, fortalecendo a identidade académica, mas também contribuindo para o enriquecimento pessoal e cultural de todos.

Que a Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal continue a promover eventos e iniciativas que engrandecem a vida académica, proporcionando aos estudantes momentos de partilha, aprendizagem e diversão.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 24]:

*“Saudação
Aniversário do Conservatório Regional de Setúbal*

É com imenso prazer e inigualável orgulho que celebramos mais um aniversário de uma das mais ilustres instituições de Setúbal e do panorama nacional. Desde a sua fundação a 7 de junho de 1996, o Conservatório Regional de Setúbal tem sido um farol a nível educacional e cultural, tendo vindo a ser meritariamente reconhecido pelo Ministério da Educação e por escolas congéneres em todo o país.

O Conservatório Regional de Setúbal desempenha um papel fundamental na formação de músicos talentosos e comprometidos com a excelência artística. Ao longo dos anos, testemunhamos muitos dos seus alunos, filhos desta terra sadina, florescerem e tornarem-se músicos de grande qualidade, espalhando a sua arte por diferentes partes do mundo.

Através de um currículo abrangente e rigoroso, oferece uma educação musical de excelência que abrange diversas áreas, desde a prática instrumental e vocal até à teoria musical e à apreciação artística. Valoriza não apenas o desenvolvimento técnico dos alunos, mas também a sua formação humana e o seu crescimento pessoal.

Acreditamos que a música vai além das notas e dos instrumentos, sendo uma linguagem universal que nos conecta e nos eleva como seres humanos. Por isso, verificamos com grande orgulho que no Conservatório Regional de Setúbal, não apenas se proporciona uma educação musical de qualidade, mas também se cultiva nobres valores como respeito, cooperação e comprometimento, contribuindo para a formação de cidadãos completos e sensíveis.

Neste aniversário, é importante reconhecer o legado que o Conservatório Regional de Setúbal tem construído ao longo dos anos. O seu sucesso não seria possível sem o empenho e dedicação dos seus professores, colaboradores e, é claro, dos seus talentosos alunos.

Agradecemos a todos os que fizeram e fazem parte desta instituição, contribuindo para o seu prestígio e excelência. Juntos, estamos unidos para a construção de uma comunidade



artística vibrante e inspiradora, que continue a impactar vidas e a espalhar a beleza da música. Hoje, exige-se a celebração do passado, do presente e do futuro, reafirmando o nosso compromisso no apoio à formação musical e humana de excelência.

Que a música continue a guiar os nossos passos e a inspirar-nos a alcançar novos horizontes. Parabéns a todos os que fizeram desta instituição um verdadeiro tesouro para a nossa comunidade e para o mundo da música. Que a harmonia e a melodia continuem a ressoar através das paredes do Conservatório Regional de Setúbal por muitos e muitos anos.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 25]:

*“Saudação
Aniversário do Volei Clube de Setúbal*

O Volei Clube de Setúbal, reconhecido nacionalmente como um dos principais motores da dinamização do voleibol de praia em Portugal, celebra mais um aniversário repleto de conquistas. Desde a sua fundação, em 1990, o clube tem sido responsável por organizar competições nas praias de Setúbal, reunindo centenas de atletas nacionais e estrangeiros.

Na época de 1997/98, o VCS alcançou o seu primeiro troféu oficial ao sagrar-se vencedor da Taça da Primavera de seniores masculinos, da Associação de Voleibol de Lisboa. Em 1999/2000, o clube conquistou o seu primeiro título nacional ao vencer o Campeonato Nacional de Gira-Volei masculino, no escalão 8-10 anos, com os talentosos atletas André Charneca e Tiago Henriques.

Em 2002/2003, o Volei Clube de Setúbal alcançou um marco histórico ao ascender pela primeira vez à 2.ª Divisão Nacional em Seniores masculinos, demonstrando a sua dedicação e empenho no desenvolvimento do voleibol. Em reconhecimento às suas conquistas e contribuições, o clube foi agraciado em 2015 com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, um testemunho do seu impacto na comunidade desportiva local.

Na temporada 2016/2017, o Volei Clube de Setúbal adicionou mais um troféu à sua coleção ao conquistar a Taça Federação da 3.ª Divisão Masculina, reforçando assim a sua posição como uma equipa competitiva e determinada.

Neste dia de celebração, desejamos ao Volei Clube de Setúbal um feliz aniversário e que continue a inspirar e formar atletas de excelência, fortalecendo o voleibol e o desporto na região. Que os próximos anos sejam repletos de novas conquistas e momentos de orgulho para todos os membros e adeptos do clube.”

Sr. Vereador Domingos Semedo – Disse que, relativamente à saudação do Conservatório Regional de Música de Setúbal, a informação que tinham era que a fundação da Associação “A Garotada”, que estava na génese do Conservatório, tinha sido em 21 de janeiro de 1988. Durante os primeiros tempos, o futuro Conservatório tinha funcionado com essa designação, só algum tempo depois tinha assumido a designação Conservatório Regional de Música de Setúbal, sendo que a data de 7 de junho não estava a ser identificada como estando relacionada, ainda faltava a sua confirmação definitiva.

Em qualquer dos casos, a data de 25 de novembro era a que costumava ser referida como a do aniversário do Conservatório. Fosse como fosse, podiam associar-se à saudação, podendo referir, se quisessem, que, numa fase inicial, o Conservatório tinha funcionado com a designação da associação que o enquadrava, cujo aniversário acontecia a 21 de setembro, e estender a sua saudação aos seus órgãos sociais, que eram presididos por Nuno Costa, na Direção, e por Vítor Ferreira, na Assembleia Geral.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ao Sr. Vereador Domingos Semedo que agradecia o contributo que tinha dado. Eles próprios tinham tido dificuldade em encontrar esses dados e o

que poderiam fazer era verificar, de facto, quais eram os que correspondiam à verdade e, então, incluí-los naquele texto. Agradecia, mais uma vez, o seu contributo para aquele voto. Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 26]:

“Saudação

Aniversário Associação de Moradores do Bairro do Casal das Figueiras

É com imensa satisfação e entusiasmo que no dia 1 de julho saudamos o aniversário da nossa tão estimada associação de Moradores do Bairro do Casal das Figueiras. Ao longo dos anos, temos sido testemunhas do papel fundamental que as associações de moradores desempenham na promoção da cidadania ativa e participativa. Desempenham um papel único enquanto agentes de transformação dos nossos bairros, unindo forças e trabalhando em nome do bem comum e sempre transmitindo as reais necessidades, reivindicações e problemas dos seus moradores.

É com orgulho que destacamos a sua contribuição na dinamização cultural e recreativa do Casal das Figueiras. Através de iniciativas e eventos, têm fortalecido os laços comunitários, proporcionando momentos de convívio e entretenimento para os moradores. Desde festivais culturais e atividades desportivas, até workshops e espetáculos, têm procurado enriquecer a vida do bairro e enaltecer a diversidade e talento dos seus residentes.

Neste aniversário, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os membros da associação que têm contribuído para o sucesso destas iniciativas. É graças ao empenho e dedicação de cada um de vocês que podemos continuar a promover o bem-estar e o desenvolvimento do Casal das Figueiras.

Que este novo ano seja repleto de conquistas e realizações, e que possamos continuar a fortalecer os laços comunitários, cultivar a união e a solidariedade entre os moradores. Juntos, somos capazes de construir um futuro ainda mais próspero e acolhedor para todos.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação [conforme documento anexo registado sob o n.º 27]:

“Saudação

Aniversário Clube de Montanhismo da Arrábida

O Clube de Montanhismo da Arrábida celebrou, no passado dia 29 de maio, mais um aniversário repleto de aventuras e conquistas. Ao longo dos anos, o clube tem sido um exemplo de dedicação e paixão pela montanha, explorando as maravilhas naturais da Serra da Arrábida e promovendo o contacto com a natureza.

Desde a sua fundação, o Clube de Montanhismo da Arrábida tem desafiado os seus membros a superarem os seus limites e a explorarem novos horizontes. Com a organização de expedições, caminhadas, escaladas e até parapente, o clube tem proporcionado momentos inesquecíveis de contacto com a beleza e grandiosidade da natureza. Destacamos, com particular entusiasmo, a sua envolvimento com a autarquia na realização de atividades inseridas no mês da juventude ou ateliers de verão.

Para além das atividades desportivas, o clube tem tido um papel importante na preservação e conservação do património natural da Serra da Arrábida, promovendo a consciência ambiental e o respeito pela biodiversidade.

Neste dia de celebração, gostaríamos de saudar o Clube de Montanhismo da Arrábida pelo seu aniversário e agradecer a todos os membros e dirigentes que têm contribuído para o sucesso e crescimento do clube. Que continuem a inspirar e motivar os amantes da montanha, mantendo vivo o espírito de aventura e a vontade de explorar novos desafios. Que os próximos anos sejam repletos de novas conquistas e momentos de união e camaradagem entre todos os praticantes de montanhismo.”



Sr. Presidente – Disse que terminavam o período de antes da ordem do dia e passavam para o período da ordem do dia.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 01/2023 - Reunião ordinária de 04 de janeiro de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 02/2023 - Reunião ordinária de 25 de janeiro de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 03/2023 - Reunião ordinária de 01 de fevereiro de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

4. Deliberação n.º 720/2023 – Proposta n.º 29/2023 – GAP – Representante do Município de Setúbal – Conselho Local de Saúde Mental

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 28.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 721/2023 – Proposta n.º 30/2023 – GAP – Projeto de Regulamento da Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 29 e 30.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, relativamente ao projeto de Regulamento de Proteção de Dados Pessoais do Município que lhes era apresentado, os vereadores do PS tinham algumas considerações a fazer.

Em primeiro lugar, o documento era omissivo relativamente às questões relacionadas com a transmissão áudio/vídeo em direto e “*on line*” das reuniões dos órgãos do município e, nessas reuniões, havia cidadãos que faziam as suas intervenções e isso, às vezes, resultava na exposição da vida privada e familiar, como já tinha acontecido, inclusivamente com situações de violência doméstica.

Efetivamente, o que era do seu conhecimento era que não existia norma legal que previsse especificamente esse tratamento de dados, nem norma legal que reconhecesse às autarquias uma específica função de divulgação mediática da sua atividade plenária habitual.

Era entendimento da Comissão Nacional de Proteção de Dados que o consentimento prévio e expresso de todas as pessoas abrangidas pela filmagem e transmissão aparecia como uma



condição suscetível de legitimar o referido tratamento de dados [alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do RGPD].

A Comissão Nacional de Proteção de Dados recordava que o referido consentimento devia ser recolhido não apenas em relação àqueles que, no exercício das suas funções ou no exercício do direito de participação, fizessem declarações durante as reuniões, como, também, em relação aos que exerciam o mesmo direito de participação, através da mera presença ou assistência. Também em relação aos trabalhadores que prestavam apoio durante a reunião era necessário o respetivo consentimento, cujo relevo jurídico dependia, como em todos os outros casos, de lhes ser garantida a alternativa de não serem filmados.

Nessa medida, durante o processo de captação de imagem e som tinha de se assegurar que não fossem captadas imagens nem declarações de qualquer das pessoas que para tal não tivessem dado consentimento.

Fazendo uma análise comparativa com outros regulamentos em vigor, encontravam diferenças na introdução de alguns artigos que, no seu ver, eram pertinentes na sua inclusão, de forma a melhorar o documento apresentado.

Não encontravam no documento apresentado o tratamento de dados pessoais especiais e dados sensíveis. O tratamento de dados remetia para dados pessoais que podiam ser conservados por períodos mais longos do que o exclusivamente necessário à prossecução da respetiva finalidade, desde que sejam tratados exclusivamente para fins de arquivo, interesse público ou para fins de investigação científica ou histórica, bem como para fins estatísticos.

Relativamente aos dados sensíveis, era interdito o tratamento de dados sensíveis que revelassem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, a filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos adequados a identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde, assim como dados relativos à vida sexual ou orientação sexual.

Consideravam importante, também, tornar mais claros e objetivos os procedimentos em caso de violação da proteção de dados, as etapas sequenciais após a deteção de uma infração, com uma notificação à autoridade de controlo, a notificação ao titular dos dados e a abertura de inquérito.

A bancada do PS iria abster-se, porque considerava que o documento deveria ser alvo de melhoramentos, e fariam chegar os seus contributos ao gabinete.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que também tinham várias sugestões para fazer à proposta de regulamento que tinha sido apresentada e, portanto, iria passar a descrevê-las:

- No artigo 2.º acrescentaria mais 3 pontos, nomeadamente: “1 - O presente regulamento aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados”; “2 - O presente regulamento não se aplica ao tratamento de dados pessoais quando efetuado pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repreensão de infrações penais ou de execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e prevenção de ameaça à segurança pública”; “3 – O presente regulamento aplica-se, em termos espaciais, a todo o âmbito territorial do Município de Setúbal”;

- No artigo 3.º, n.º 2, alínea b), acrescentaria “e outros trabalhadores”;

- No artigo 3.º, n.º 2, alínea c), acrescentaria “ou detentores de concessão municipal”;

- Eliminaría o n.º 3 do artigo 3.º e acrescentaria 2 artigos antes das definições, a saber: “Deveres gerais” e “Deveres especiais”, eliminando o n.º 3 do artigo 3.º;

- No artigo 4.º, nas definições, alterava a redação da definição do responsável pelo tratamento, passando a constar a pessoa singular ou coletiva, no caso vertente: “O Município de Setúbal, através da Câmara Municipal de Setúbal, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais”; alterava a redação da definição do encarregado de proteção de dados: “Encarregado de proteção de dados - Pessoa singular à qual é atribuída a tarefa e responsabilidade formal de assegurar que o Município está devidamente conforme com as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados”; na definição de avaliação de impacto,

acrescentaria: *“designadamente quando esteja na presença de dados pessoais especiais”*, acrescentava as definições de *“terceiro”*, que descrevia – depois, podia fazer chegar –, de *“compliance”* e de *“accountability”*; acrescentaria um n.º 2 a esse artigo, que versava: *“até à definição pelo legislador da autoridade de controlo, a definição constante na alínea que define DPO do n.º 1 reporta-se à Comissão Nacional de Proteção de Dados”*;

- Acrescentaria um novo artigo antes do artigo 6.º, designado *“Gestão do regulamento”*;

- No artigo 16.º, acrescentaria 2 alíneas: *“Identidade e contactos do responsável pelo tratamento e do seu representante”* e *“Identificação e os contactos do DPO”*;

- O direito ao apagamento constava no artigo 17.º e sugeria que houvesse um artigo dedicado exclusivamente ao *“Direito ao apagamento”*, uma vez que, na redação atual, não tinha encontrado cobertas algumas questões, como: *“O responsável pelo tratamento tem obrigação de apagar os dados pessoais sem demora injustificada”*; *“quando o responsável pelo tratamento tenha tornado públicos os dados pessoais e for obrigado a apagá-los por força do disposto nos números anteriores, deverá tomar as medidas que forem razoáveis, incluindo de caráter técnico, tendo, em consideração, a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação para informar os responsáveis pelo tratamento efetivo dos dados pessoais a que o titular dos dados solicitou o apagamento das ligações para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos”*;

- Acrescentaria um artigo antes do Capítulo 3.º, sobre a responsabilidade subsidiária pelo tratamento de dados;

- No artigo 8.º acrescentaria 6 pontos: *“A nomeação do DPO é obrigatória para todas as autoridades e organismos públicos”*; *“o DPO é uma pessoa singular à qual é atribuída a tarefa e responsabilidade formal de assegurar que o Município está devidamente conforme com as regras de proteção de dados”*; *“o DPO deve ser designado com base nas suas qualidades profissionais e em especial os seus conhecimentos especializados no domínio do direito nacional e europeu de proteção de dados, conhecimento das operações de processamento realizadas, das tecnologias de informação, das práticas de segurança de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções de modo a promover uma cultura de proteção de dados dentro do Município”*; *“as funções de DPO são exercidas com total independência e autonomia em relação à estrutura dos serviços, isenção, distanciamento e não subordinação à hierarquia municipal, não podendo o seu titular ser prejudicado ou penalizado pelo exercício das mesmas ou pelo teor dos pareceres que emite ou das iniciativas que desenvolve no âmbito das suas competências”*; *“o interlocutor direto do DPO no Município de Setúbal é o responsável pelo tratamento de dados”*; *“o DPO, quando exerça outras funções ou atribuições, não deve estar sujeito a qualquer conflito de interesses e, na eventualidade de tal se verificar em momento superveniente à sua nomeação, deve optar entre as mesmas”*;

- O papel do DPO no Município de Setúbal devia constar de uma carta de missão. Aproveitava para perguntar ao Sr. Presidente se essa carta de missão existia ou estava a ser feita. Essa carta de missão, por norma, incluía os principais serviços prestados, as orientações estratégicas e objetivos a atingir e era aprovada pelo executivo municipal, sob proposta do responsável pelo tratamento de dados;

- Artigo 10.º: Alteraria a redação da alínea c) para *“aceder a todos os servidores e computadores do Município, para aferir os dados existentes”*;

- Propunham, também, alterar a redação do n.º 2 do artigo 10.º para: *“O Município deve prever e providenciar os meios necessários de ordem logística e tecnológica necessários ao desempenho das funções do DPO”*. Incluiria, também, uma secção sobre a conduta dos trabalhadores e uma outra sobre a elaboração de manuais internos de procedimentos;

- O capítulo 13.º versava sobre fiscalização e contraordenações. No entanto, não tinha conseguido encontrar os artigos que falavam sobre contraordenações, reincidência, medidas de coima, processo contraordenacional, responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, cumprimento do dever omitido e sanções consagradas no RGPD.

Por último, uma questão, que era porque é que os Serviços Municipalizados de Setúbal não estavam no âmbito do presente regulamento. Noutros municípios, aquilo que se tinha feito

tinha sido que o Regulamento de Proteção de Dados regulamentava aquilo que era a proteção de dados da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados. Portanto, deixava essa questão, também.

Sr. Presidente – Disse que agradecia às senhoras Vereadoras Patrícia Paz e Sónia Martins. Traziam ali aquela proposta exatamente para que ela fosse a base. Era um projeto de Regulamento de Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal, exatamente para aprovarem o lançamento desse projeto base, para ir para discussão pública, que, depois, como já tinha dito, voltaria à Câmara Municipal com o relatório das questões que tinham sido apresentadas, das propostas e das sugestões e daquelas que seriam integradas depois, nessa reunião da Câmara Municipal, onde poderiam ser votadas e, depois, ir à Assembleia Municipal para terminar esse processo.

Portanto, aquilo que as senhoras vereadoras ali tinham referido, das alterações da proposta, eram, naturalmente, bem-vindas, para que, depois, fossem consideradas no relatório e, eventualmente, na proposta de alteração à proposta que viria, depois, à Câmara Municipal dali por 30 dias, se aprovassem, se estivessem de acordo com a aprovação daquela proposta.

Relativamente a algumas questões que também já tinham sido suscitadas, queria dizer que algumas das questões que os senhores vereadores tinham referido não faziam parte do Regulamento Geral da Proteção de Dados, resultavam de orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que a Sra. Vereadora Sónia Martins já ali tinha colocado na anterior reunião da Câmara e que os serviços já tinham apreciado.

Uma das conclusões que tinha saído tinha sido que a transmissão das reuniões, tal como a senhora vereadora tinha sugerido, iria passar a ser feita através do sítio da Câmara Municipal e não na plataforma que, naquele momento, era utilizada. Portanto, essa questão estava assumida, era só uma questão técnica de operar isso.

Depois, naquele momento, ainda não existia um documento, no sentido de as pessoas preencherem e darem autorização conforme entravam a porta. Naquela reunião tinha sido perguntado verbalmente, mas, nas reuniões seguintes da Câmara e da Assembleia, as pessoas seriam confrontadas com um documento em que dariam a sua autorização e, também, os trabalhadores. No fundo, eram sempre os mesmos trabalhadores que estavam ali, também era uma questão que facilmente resolveriam.

Outra questão era se os senhores vereadores consideravam necessário fazer uma declaração a autorizar a transmissão. Achava isso qualquer coisa de redundante, porque os senhores vereadores tinha votado favoravelmente e ainda tinham de assinar um documento a dizer que autorizavam? Burocracia já tinham muita e, com tanta dificuldade para ultrapassar, mas, se fosse entendimento dos senhores vereadores que se elaborasse um documento em que, depois, dariam autorização para ser transmitido, também fariam. Naturalmente que tinham outras preocupações maiores para a sua atividade, para a sua responsabilidade, mas não haveria problema nenhum sobre isso. Portanto, achava que, no essencial das questões, as medidas que já estavam a ser tomadas eram essas.

Relativamente às outras questões, pedia que os senhores vereadores fizessem chegar aos serviços, fá-las-iam incluir no relatório que haveria de ser feito e, depois, haveriam de ser incluídas, na reunião da Câmara Municipal onde a proposta viesse a ser apresentada.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, com o Sr. Presidente tinha referido, tinha trazido essa orientação da CNPD na anterior reunião da Câmara e não tinha que ver com estar particularmente preocupada com a sua situação. Não era isso que a preocupava, o objetivo pelo qual a tinha trazido tinha sido por lhe parecer que era uma orientação que faria todo o sentido, que não tinha sido ainda abordada na Câmara Municipal, e, portanto, tinha sido, de todo, com esse tom de preocupação pessoal, com ela mesma.

No entanto, aquela orientação versava, também, aquilo que tinha a ver com os trabalhadores e com o público e, portanto, achava que seria bom irem estando a par daquilo que eram as

orientações da CNPD, até porque lhes permitiam melhorar. Como não tinham tido uma boa experiência com a CNPD, achava que era sempre salutar irem trazendo essas matérias. Burocracia não queriam, ninguém queria. Achava que estavam todos muito cansados da burocracia e, portanto, o objetivo não era, de todo, criar entropia, antes pelo contrário, era poderem estar informados e alerta para aquilo que iam sendo essas recomendações. Aquilo que pudessem adaptar e que salvaguardasse os dados pessoais de todas as pessoas envolvidas nessas reuniões seria sempre salutar.

Sr. Presidente – Disse que apenas o tinha referido porque tinha sido a senhora Vereadora que tinha trazido e tinha chamado a atenção para isso. Naturalmente que só tinham a agradecer a atenção, no sentido de melhorarem e darem melhor resposta àquilo que eram as suas responsabilidades, mas era a própria orientação da Comissão Nacional que falava da necessidade de os eleitos darem autorização. Ora, se os eleitos tinham votado a proposta, era...

Achava que lhe era permitido dizer essas coisas, mas achava que estavam todos de acordo, e, se fosse assim, punha a proposta a votação e ela seguiria durante 30 dias para discussão pública, porque, quanto mais depressa isso fosse feito, também mais depressa teriam o regulamento.

A senhora Vereadora tinha colocado uma questão relativamente aos Serviços Municipalizados e os Serviços Municipalizados já tinham contratado um encarregado da proteção de dados. Estava o processo a decorrer e, portanto, não estava esquecido. A questão era que estava a funcionar. Não se sabia se, depois, seria um processo que, se calhar, levaria mais algum tempo.

Como a senhora Vereadora tinha dito e também ele tinha tido oportunidade de dizer aos dirigentes que tinham tido uma reunião uns dias antes, para apreciar, também, esse documento, tinham contratado uma empresa para lançar todo esse processo. O que lhes tinha dito tinham sido que tinham iniciado esse processo e que era um longo caminho a percorrer, porque, de facto, iria ser um longo caminho a percorrer, porque eram sempre novas questões que iam surgir e os serviços, em particular os dirigentes, [teriam que ter em conta]. Tinha sido um fórum de dirigentes onde essas questões tinham sido tratadas e onde tinha sido [frisada] a importância do empenhamento, da atenção e da relação estreita com o encarregado da proteção de dados, no sentido de irmos fazendo esse caminho. Portanto, esse era um longo caminho que ainda tinham para percorrer.

Aquele era o primeiro documento que vinha à reunião da Câmara e que, depois, iria à Assembleia Municipal. Havia outros documentos que já tinham sido distribuídos, os senhores vereadores tinham esse conhecimento. Havia um conjunto de documentos, que haveriam de ir também, que estavam a ser preparados e iriam aos órgãos, para serem aprovados.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a questão era que tinha vindo, algumas reuniões atrás, de facto, a nomeação de um encarregado de proteção de dados para os Serviços Municipalizados. A sua questão não era essa, a sua questão era perceber se, naquele regulamento, não tinham equacionado a possibilidade de os Serviços Municipalizados ficarem naquele regulamento, numa lógica só de regulamentação unitária. Era só essa a sua pergunta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação ao Regulamento de Proteção de Dados, o que tinham considerado tinha sido, no quadro da autonomia administrativa e financeira dos Serviços Municipalizados, ter um regulamento próprio, porque tinha algumas especificidades a atividade dos serviços, não encaixar essas especificidades naquele regulamento, mas acompanhar, no essencial, esse regulamento, e introduzir as especificidades dos Serviços Municipalizados e ter um regulamento próprio dos Serviços Municipalizados.

Tinha sido essa a opção que tinham tomado e iriam aguardar o desenvolvimento daquele regulamento e, depois, trabalhariam o regulamento dos Serviços Municipalizados,

introduzindo as especificidades próprias do regulamento, e o Conselho de Administração, depois, aprovaria e, seguidamente, seria trazido à reunião da Câmara e, depois, faria o mesmo caminho. Tinha sido uma questão de opção, poderia ter sido outra.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sra. Vereadora Sónia Martins - Fez a seguinte declaração de voto: *“Senhor Presidente, a nossa abstenção prende-se com as várias questões que elencámos aqui e que consideramos que são importantes de constar no regulamento e, portanto, daí a nossa abstenção. Iremos fazer chegar aos serviços todas as questões que foram aqui mencionadas, de forma a facilitar a introdução.”*

6. Deliberação n.º 722/2023 – Proposta n.º 31/2023 – GAP – Projeto de Regulamento de descarga de águas residuais industriais no sistema de drenagem do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 31 e 32.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria fazer algumas considerações. Confundiam o conceito de *“objeto”* com *“objetivos”*. Parecia-lhe que aquilo que estava no n.º 1 eram os objetivos e não o objeto do regulamento. No n.º 6 acrescentaria as definições de *“atividade industrial”* e de *“atividade de saúde”* e sugeria, também, a criação de um capítulo autónomo no que dizia respeito às sanções.

Sr. Presidente – Disse que estavam, novamente, a aprovar ou a discutir, para aprovação, um projeto de regulamento e a proposta era que ele fosse posto à consulta pública durante um prazo de 30 dias. Portanto, o que pedia à senhora Vereadora era que pudesse fazer chegar esses contributos que tinha referido, para que eles pudessem ser integrados no relatório, na apreciação, e, eventualmente, na proposta final de regulamento.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 723/2023 – Proposta n.º 32/2023 – GAP – Procedimento para Empreitada de “Equipamento e Ligação ao Sistema do Furo de Captação CBR4 do Faralhão” - Delegação de Competências, para os Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 33 a 36.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



8. Deliberação n.º 724/2023 – Proposta n.º 33/2023 – GAP – Procedimento para Empreitada de Proteção Hidráulica, contra o golpe de Ariete, da Conduta Elevatória Pinhal de Negreiros – Bassaqueira - Delegação de Competências, para os Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 37 a 40.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 725/2023 – Proposta n.º 372/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Criação de fundo de maneiio para Feira de Santiago 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 726/2023 – Proposta n.º 373/2023 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 a 45.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

11. Deliberação n.º 727/2023 – Proposta n.º 375/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Manteigada, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal, à Associação Moto Clube de Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 46 a 48.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria começar por saudar o Moto Clube de Setúbal e aquilo que tinha sido o trabalho que o clube tinha feito na cidade, não só na dinamização do motociclismo, mas, também, e, acima de tudo, da prática social que tinha tido.

Aquela era uma proposta que ia, efetivamente, permitir dotar o Moto Clube de instalações com uma capacidade e uma qualidade que, naquele momento, não tinha, porque o espaço onde funcionava a sede era um espaço relativamente exíguo. Acreditava que iria permitir que Setúbal pudesse vir a ter, também, uma concentração de motards relevante, até porque o Moto Clube já tinha demonstrado, ao longo dos anos, que tinha capacidade para organizar eventos de grande dimensão. Portanto, esperavam que pudesse, também, trazer para a cidade uma grande concentração de motards e que isso se repetisse ao longo dos anos.

Recordavam ao Sr. Presidente que aquela era uma proposta que tinha estado tanto tempo no forno que temiam que ela se viesse a queimar. Tinha sido no dia 20 de agosto de 2022 que o Sr. Presidente, no aniversário do Moto Clube, tinha anunciado que essa cedência iria ser feita e tinham decorrido, praticamente, 10 meses e 10 meses era muito tempo, até porque, quando

o anúncio tinha sido feito, certamente que o terreno estaria identificado e que as condições de edificabilidade no terreno, para aquilo que eram as pretensões do Moto Clube, estariam também identificadas.

Portanto, o voto que faziam era que o desenrolar do restante processo, no que dizia respeito, quer ao projeto e à sua aprovação, quer a tudo aquilo que eram os trâmites administrativos que dependiam da Câmara Municipal de Setúbal, pudessem ser significativamente mais céleres do que tinha sido a apresentação daquela proposta.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria felicitar o Moto Clube de Setúbal, até na presença das pessoas que ali estavam a acompanhar a reunião, e congratular-se com aquilo que era o dinamismo deles e a forte componente solidária que faziam questão de incutir no Moto Clube. Portanto, era com grande satisfação que viam aquela proposta ser trazida à reunião da Câmara.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador Joel Marques que não sabia, se ele tivesse essa oportunidade de ceder uma área para o Moto Clube constituir a sua sede, se teria a mesma opção de localização que eles tinham escolhido para a sede do Moto Clube.

Não sabia se o faria, mas também não era isso que estava em questão, mas entendiam que era uma localização de destaque, de privilégio, também, na cidade, num espaço que podia vir a beneficiar, também, com a instalação do próprio Moto Clube, dessa associação.

Além disso, também não sabia, se o senhor Vereador tivesse essa possibilidade, se a submeteria a todos os critérios técnicos e legais essa instalação que estava prevista para aquele espaço.

Não sabia nada disso, mas compreendia o papel da oposição. Tinha estado havia muitos anos na oposição, por isso até reconhecia a importância do papel da oposição ser oposição. No entanto, o que achava que ficava mal a essa oposição e não dignificava suficientemente a oposição era quando se arranjava tudo e mais alguma coisa só para dizer mal de quem tinha decidido a favor de alguém.

Isso é que era lamentável e não podia, depois da intervenção do senhor Vereador, deixar de deixar ali expresso publicamente e para ficar escrito em ata essa questão. Isso é que não podia deixar de fazer, face à intervenção que o senhor Vereador tinha feito.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ao Sr. Presidente que o deixasse dizer também publicamente e para que ficasse expresso em ata, exatamente aquilo que constava do “*site*” do Município de Setúbal. Dizia o “*site*”, citando a intervenção do Sr. Presidente no dia 20 de agosto: “*O Moto Clube de Setúbal já sabe onde é que vai ser a sua nova sede e as condições para poder, no próximo ano, começar a construí-la.*”

Tinham sido palavras do Sr. Presidente no dia 20 de agosto de 2022, portanto, talvez o Sr. Presidente lhes pudesse dizer se, no dia 20 agosto 2022, quando tinha afirmado que o Moto Clube já sabia qual é que seria o espaço, que estavam reunidas as condições para iniciar a construção em 2023, se não tinha, ainda, submetido toda a análise técnica alegada e a capacidade de implementação nesse espaço.

A questão não tinha a ver com a escolha do local. Podiam concordar ou não concordar, mas, acima de tudo, quem tinha de concordar era quem iria usufruir dele, que era o Moto Clube. Portanto, se o Moto Clube estava satisfeito com o local que tinha sido cedido - e acreditava que estivesse -, estavam reunidas as condições para que aquela fosse uma parceria que trazia ganhos a todas as partes.

Não era isso que estava ali em questão, o que estava em questão – e tinha sido a questão que tinha colocado - era que, tendo sido afirmado, cerca de 10 meses antes, que estava identificada a zona, que estavam reunidas as condições para que se iniciasse a construção este ano, porque é que a proposta só tinha vindo passado tanto tempo. É que o Sr. Presidente tinha prometido um espaço, que era aquilo que naquele dia estavam a votar, mas tinha prometido esse espaço sem que tivesse havido por parte da oposição qualquer tipo de pronunciamento. Iriam votar favoravelmente a proposta, mas imaginasse o Sr. Presidente que

a oposição até recusava aquela proposta. Afinal, já não estariam reunidas as condições para iniciar a construção este ano.

Essa é que era a questão, era a demora na concretização de uma proposta, era a demora na concretização daquilo que tinha sido uma promessa que o Sr. Presidente tinha feito, de uma proposta que consideravam como uma proposta positiva, que trazia vantagens para o Moto Clube, trazia vantagens para os seus associados e trazia, também, naturalmente, vantagens para a cidade, mas que, tal como muita coisa que vinha acontecendo na cidade, se prolongava no tempo.

Era com isso que concordavam e lamentava, mas o Sr. Presidente iria continuar a ouvir essa crítica, enquanto o procedimento fosse aquele que tinha acontecido.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador que era verdade, enquanto eles faziam as coisas com critério, com método, com avaliação, com discussão com os próprios interessados, com avaliação das melhores condições, aquilo a que o Partido Socialista os tinha habituado, naqueles 16 anos em que tinham estado na Câmara Municipal, eram para esquecer. Não iria repetir ali, o senhor Vereador sabia muito bem. Não iria repetir isso mais vezes, mas, quando chamavam para ali e punham em causa o trabalho que os outros faziam...

Na Câmara Municipal, naturalmente, cometiam erros, quase como toda a gente. Não havia era situações como aquelas que ainda estavam por resolver e que tinham ficado aí. Não sabia se tinha sido pela precipitação, mas, ali, não havia precipitação e era isso que era importante que ficasse claro. Não havia precipitação, tinha sido um diálogo permanente com a Direção do Moto Clube e o resultado era aquilo que estava ali. Se isso custava ao Sr. Vereador tinham pena.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, infelizmente, via-se na contingência de ter que dizer ao Sr. Presidente algo que já tinha dito à sua antecessora no mandato anterior. As primeiras eleições em que tinha tido idade legal para votar tinham sido as eleições em que a CDU tinha ganho a Câmara de Setúbal, em 2001.

Portanto, ele, que já tinha 40, quase 41 anos, via sempre - enfim, não diria com apreensão, porque não a tinha sobre esse tema - e não deixava de registar que, de cada vez que havia uma intervenção do Partido Socialista, que colocava alguma questão ao executivo da CDU, a resposta reportava sempre àquilo que eram os tempos de antanho, de Mata Cáceres, e, eventualmente, até de Francisco Rodrigues Lobo. Talvez um dia ali falassem de Orlando Curto.

Não sabia se o Sr. Presidente queria recuar ainda mais, porque essa tinha sido, efetivamente, a sua postura e também tinha sido a postura da sua antecessora, quando se viam confrontados com alguma crítica virem falar sobre um passado que já tinha mais de duas décadas.

Não via naquela bancada, nem nas outras bancadas, ninguém que tivesse sido autarca no século passado em Setúbal. Portanto, achava que era altura, também, de passarem a ter um outro tipo de discurso, um discurso que justificasse aquilo que eram as ações e as opiniões de cada um deles, com base naquilo que era o trabalho que cada um deles tinha para apresentar, e ultrapassarem esse argumento preso ao passado, até porque isso não ajudava ninguém, muito menos a cidade, mas o Sr. Presidente, naturalmente, se quisesse continuar nesse caminho, era uma escolha dele e ali estariam para continuar a discutir o presente e o futuro do concelho e não para estarem presos a um passado que, como já tinha tido oportunidade de dizer, nenhum dos que eram, naquele momento, autarcas, tinha vivido enquanto autarca. Poderiam ter vivido enquanto cidadãos da cidade, mas não tinham vivido, certamente, na tomada de decisão na Câmara Municipal ou noutros órgãos.

Sr. Presidente – Disse que, de certeza, nunca tinha trazido ali nenhuma questão sobre o mandato ou os mandatos do Partido Socialista, a não ser na sequência de questões que tinham a ver com a maledicência - que o desculpasse, mas as palavras também eram para ser utilizadas quando faziam sentido - do Partido Socialista e, sobretudo, de alguns

Vereadores do Partido Socialista, também não eram todos, que, a propósito de tudo e de nada, levantavam questões.

Não fazia sentido nenhum o senhor Vereador ir ali dizer, naquele momento, quando estavam a atribuir algo a uma associação que todos reconheciam o seu papel importante na nossa sociedade, que o Presidente se tinha atrasado na decisão. O senhor Vereador que o desculpasse, mas isso era maledicência, isso não fazia parte da política. Isso era próprio de pessoas não era da política. A política não podia ser tratada assim. A política era uma coisa séria, era uma coisa leal, naturalmente, com sentido crítico, mas maledicência não. Era disso que se tratava. Não era mais nada, era só isso.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que registava a sensibilidade do Sr. Presidente e registava, também, que aquilo que eram as críticas apresentadas pelos Vereadores da oposição resultavam de maledicência e aquilo que eram as críticas apresentadas pela CDU sobre alguns temas, nomeadamente política nacional, eram de puro sentido crítico. Registava isso e registava, também...

Sr. Presidente – *“Senhor Vereador, não se enterre mais, porque não vale a pena.”*

Sr. Vereador Joel Marques – *“Registo também, Sr. Presidente, se me permite concluir...”*

Sr. Presidente – *“Nem navegue em águas tão turvas.”*

Sr. Vereador Joel Marques – *“Se me permite concluir, registo, também, que este “delay” de 10 meses, entre a promessa e a proposta, é culpa de Mata Cáceres. Como o senhor veio falar do mandato anterior, é a única coisa que podemos registar.”*

Sr. Presidente – *“O senhor quer prolongar essa coisa e eu não estou para aí. Para mim, as coisas têm de ser objetivas, claras, transparentes, responsáveis. Senhoras e senhores Vereadores, creio que estamos em condições de votar esta proposta.”*

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 728/2023 – Proposta n.º 376/2023 – DAF/DICONT/SERGE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Corpo Nacional de Escutas – Junta Regional de Setúbal, de parcela de terreno sita em Quinta do Meio, Praias do Sado

O Sr. Presidente leu a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 49 e 50] e disse que se tratava, também, como tinha sido compromisso da CDU, na campanha autárquica, de tudo fazer para encontrar, designadamente, instalações adequadas que tivessem vindo a requerer, para que pudessem melhor desenvolver as suas atividades e os seus projetos. Estavam a dar sequência a esse compromisso que tinham feito. Tinham algumas propostas e outras continuariam a ser apresentadas em próximas reuniões.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



13. Deliberação n.º 729/2023 – Proposta n.º 377/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal – UDIPSS-Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 e 52.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 730/2023 – Proposta n.º 378/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de cedência temporária de uso de parcela de terreno sita na Urbanização das Padeiras, Rua Jacinto João, Freguesia de São Sebastião, Setúbal – Digal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 a 55.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, com pouco jeito para artes teatrais, ao contrário do seu homónimo Joel Branco, era só para pedir uma clarificação ou um esclarecimento.

Daquilo que entendiam da proposta, a parcela de terreno que seria temporariamente cedida era a parcela da superfície do espaço onde se encontrava enterrada a central de armazenagem de GPL. Ora, sendo essa uma cedência temporária e sendo expresso que o Município não tinha pretendido arrendar a parcela, era, apenas, para clarificar se, quanto àquela cedência de terreno, existia a possibilidade ou a pretensão de que ela se viesse a prolongar, a perdurar no tempo, enquanto lá estivesse o depósito.

Portanto, por que motivo é que ela seria temporária e aquela cedência não se revestia de uma outra figura, como arrendamento ou qualquer outra figura que permitisse o Município ser, naturalmente, ressarcido pela cedência do terreno, mas não sendo uma cedência temporária de algo que se presumia - pelo menos tinha sido essa a leitura que tinham feito - que seria permanente, seria uma cedência temporária de um terreno sob o qual estava instalado um depósito que seria permanente.

Sr. Presidente – Disse que a Dra. Helena Moreira tinha dito que era por pertencer ao domínio público que era feito naqueles termos. Sinceramente, como devia compreender, não dominava essa matéria, mas a Dra. Helena Moreira, que tinha a responsabilidade de elaborar aqueles documentos e de avaliar essas situações, tinha dito, quanto à razão, que era por pertencer ao domínio público e, portanto, o contrato tinha de ser feito daquela forma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 731/2023 – Proposta n.º 379/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de arrendamento para instalação de estação de fibra ótica da NOS

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 56 a 58.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



16. Deliberação n.º 732/2023 – Proposta n.º 380/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 29, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 733/2023 – Proposta n.º 381/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 49, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 734/2023 – Proposta n.º 382/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 50, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 735/2023 – Proposta n.º 383/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Associação Desportiva e Cultural Os Veteranos de Santo Ovídio

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 62 e 63.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 736/2023 – Proposta n.º 09/2023 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 64 e 65.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



- 21. Deliberação n.º 737/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2023, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 66 e 67.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 22. Deliberação n.º 738/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago no âmbito do projeto Flamenquitos de Santiago**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, anteriormente, já tinha trazido um apoio mais generalizado para aquele projeto. Era um projeto muito interessante, que tinha como objetivo promover a ligação entre a escola e a família, minimizar o abandono e absentismo escolar e melhorar o desempenho daqueles alunos.

Trazia naquele momento aquela proposta à Câmara Municipal pois, eles tinham participado num programa de televisão no Porto, e tendo em conta os custos do transporte consideravam que seria importante poderem dar algum apoio.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 23. Deliberação n.º 739/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DEB/SEA – Aceitação do espólio doado por Maria Conceição Quintas para integração dos fundos documentais do Arquivo Municipal de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 69 e 70.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 24. Deliberação n.º 740/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DOM – Empreitada “CP 37/2009 – PIVZRS – Requalificação do Mercado Municipal do Livramento, em Setúbal” – Auto de receção definitiva – Homologação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 71 e 72.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 741/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 73 a 78.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Clube de Ténis de Setúbal era um dos mais emblemáticos clubes de ténis do país, sendo uma das maiores instituições da nossa cidade, nomeadamente, no que dizia respeito à realização de eventos e, por isso mesmo, já tinham trazido, anteriormente, àquela reunião da Câmara uma parceria com a própria federação.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 742/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Basquetebol - Realização de etapa do Circuito Nacional de Basquetebol 3x3

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 79 e 80.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinha sido um desafio que tinha sido colocado à Câmara Municipal de Setúbal e que há muito esperavam ver concretizado, sobretudo dessacralizando espaços e tornando aquilo que era um desporto popular, e que tinha nascido nas ruas, ganhar forma no quadro competitivo.

Aquela era uma realização em parceria estreita com a Federação Portuguesa de Basquetebol, de forma, também, a dar visibilidade a uma modalidade tão mediática, tão importante e tão relevante, também pela sua prática informal, que tantas vezes acontecia em espaços da nossa cidade.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 743/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à Associação Riscas Vadias – Decorações dos Santos Populares para a Baixa Comercial de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 81.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que os Santos Populares estavam mesmo á porta e a vida da cidade também era uma vida dinâmica, com os Santos Populares a fazerem parte desse calendário.

Muitos dos nossos bairros engalanavam-se para fazer, comemorar e receber aquelas festividades. E, também a baixa de Setúbal, naquele ano, através do envolvimento dos comerciantes e daquela associação, tinha decidido organizar um conjunto de eventos, e também realizar um conjunto de atividades e de decorações.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



28. Deliberação n.º 744/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 745/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DCDJ/DICUL – Empréstimo de pinturas para exposição no Museu de Marinha em Lisboa

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 a 85.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que Setúbal era uma cidade privilegiada, e a autarquia tinha esse privilégio de ter um conjunto vasto de obras, que tantas vezes eram solicitadas para exposições que se realizavam e que eram organizadas em outros espaços museológicos.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 746/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares 2023 – Preço e local de venda de bilhetes

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a questão que tinha para colocar não tinha necessariamente a ver com o preço e o local da venda de bilhetes, mas com aquilo que era a promoção do evento.

Isso porque as marchas aproximavam-se a passos largos, o senhor Vereador Pedro Pina disse, anteriormente - e com razão -, que os Santos Populares também estavam à porta, e não identificaram ainda nenhuma promoção daquilo que era o evento das Marchas Populares, sendo que faltam apenas 10 dias para o seu desfile na Avenida e, sensivelmente, 2 semanas, para aquilo que seria depois essa apresentação no Pavilhão das Manteigadas.

Numa breve consulta ao site, encontraram uma referência - e bem -, aos Santos Populares que seriam festejados, também, na baixa de Setúbal, uma referência que constava do site desde 26 de maio, mas relativamente às marchas, efetivamente, no que respeitava à promoção do evento, para que a população também pudesse acorrer àquilo que era o evento e pudesse assistir àquele trabalho que era desenvolvido com muito esforço pelas nossas coletividades e movimento associativo, efetivamente, até ao momento, ainda não conseguiram identificar.

Acreditava que pudesse também ser falha deles, que lhes tivesse escapado, mas ainda não tinham conseguido identificar nenhum instrumento de “marketing” ou nenhuma publicitação ao evento. Gostariam de colocar essa questão se eles existiam, ou não existindo, ou já existindo e ainda não foram lançados, quando é que seriam lançados.



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se as forças o permitissem, assim que terminasse aquela reunião da Câmara iria fazer uma visita às marchas, como era nosso apanágio, já tinham começado, e ia chegar atrasado, pelo menos à primeira, esperava conseguir apanhar o comboio, porque os serviços fizeram a visita com o respetivo júri.

Tinha toda a razão, mas havia uma explicação objetiva, de facto e sem qualquer sarcasmo, sem qualquer ironia, a quantidade de eventos que aconteciam, e sem desprimor para um dos mais emblemáticos e mais marcantes daquele período, que eram as marchas populares, mas como o Partido Socialista bem sabia até porque era uma organização empenhada naquilo que era o valor da comunicação, e a importância da comunicação, não era fácil, com uma cidade com tantos eventos, fazer essa informação de uma forma adequada.

Até final da corrente semana, essa informação estaria disponível, até porque, como também teria tido oportunidade de verificar, ela era muitas vezes associada à própria conferência de imprensa das Marchas Populares, que já estava pré-agendada, exatamente, para o início da próxima semana e, portanto, estaria por horas, por dias.

Havia também uma questão, que era verdade, e falando muito concretamente, com muitos eventos a acontecer, mesmo que a informação estivesse, e com os meios, e com os recursos, pensavam valer a pena terem um “*timing*” para apresentar e, portanto, estaria naquela proximidade, com aqueles 15 dias, para muito breve.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 747/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DCDJ/DICUL – Marchas Populares de Setúbal 2023 - Apoio financeiro para transportes

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, ainda, na sequência das marchas, e com tanta discussão que tinha havido a propósito dos apoios das marchas e dos valores, e porque, de facto, o compromisso era com as entidades, sem prejuízo da discussão crítica que se pudesse realizar, e que os contributos que cada bancada, também, quisesse dar, mas aquele tinha sido um dos compromissos que o executivo municipal tinha assumido desde a primeira hora, quando iniciou a discussão para o certame de 2023 e, por isso mesmo, traziam ali aquela proposta, por forma a fazer jus a esse compromisso, e também a minimizar os custos associados à deslocação e transporte das respetivas entidades que estavam naquele ano a concurso.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não tinham absolutamente nada a opor, naturalmente àquilo que era a proposta, mas na sequência daquilo que foi a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, importava realçar que quando discutiam as propostas de apoio às marchas falavam sempre de um apoio que era um apoio diferente, era o apoio àquilo que era a elaboração da marcha.

O apoio aos transportes decorria daquilo que era o próprio regulamento e, portanto, era dado sobre a forma de apoio logístico, ou sobre a forma de um apoio pecuniário, que foi aquilo que tinha sido a versão daquele ano, portanto, era um apoio que decorria do regulamento, e que nada tinha a ver com aquilo que tinha sido o apoio que ali tinha sido discutido há alguns meses, e que versava apenas sobre aquilo que era o apoio dado às coletividades para a construção da sua marcha.



Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 748/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DCDJ/DICUL – Moto Clube de Setúbal – Sado Summer Fest - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 88 e 89.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 749/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DCDJ/DICUL – São Domingos Futebol Clube – Apoio financeiro para o “São Domingos a Bombar”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 90 e 91.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 750/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DCDJ/DICUL – Associação dos Acordeonistas de Portugal – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 92 e 93.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 751/2023 – Proposta n.º 172/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de um conjunto de 3 edifícios industriais, de parque de contentores marítimos e de muro de vedação - Processo n.º 371/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que relativamente às propostas da senhora Vereadora Rita Carvalho, do urbanismo, no que a eles lhes dizia respeito, votavam todas elas da mesma maneira, do ponto 35 ao ponto 58, com exceção do ponto 57. Pediram a votação em conjunto, excluindo o ponto 57.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinham um comentário a fazer na discussão da proposta referente ao ponto n.º 35 da ordem de trabalhos, deliberação n.º 751/2023 e na proposta com o ponto n.º 57, proposta 773/2023, que também teria um sentido de voto diferente das restantes. Portanto, pediram que também tivesse uma discussão autónoma. Não se opunham a que se seguisse o modelo de votação sugerido pela bancada do PSD, nas propostas que iam do ponto da ordem de trabalhos n.º 36 até ao n.º 56, e também o ponto n.º 58. Discutiriam o ponto n.º 57 e também o n.º 35, porque tinham algumas questões que gostariam de colocar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava de acordo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a questão que queriam colocar não tinha propriamente a ver com o projeto de arquitetura que ali lhes era trazido, mas com aquilo que era a delimitação daquele lote, que era algo que não decorria da proposta, mas que também era importante ser discutido.

Tratava-se de um lote com mais de 7 hectares, um lote que não estava murado, em que a delimitação do espaço do lote estava a ser feita com recurso a contentores. Portanto, estavam a falar de uma parede de metal em volta daquele espaço, que ia dos 2,35 metros nos troços em que existia apenas um contentor, até aos 7 metros de altura, quando estavam empilhados 3 contentores, naquela delimitação do terreno. E isso, colocava-lhes algumas questões.

Por aquilo que têm visto noutros parques semelhantes, aliás, até mesmo no Porto de Setúbal que o condicionamento dos contentores, por regra, não era feito junto aos limites dos espaços onde eles estavam parqueados, pensava que isso também decorreria das necessárias condições de segurança que eram necessárias manter, e quando tinham junto à berma da estrada, uma parede de metal de contentores empilhados, a fazer a delimitação do terreno, corriam um risco, que era em caso de mau tempo, em situação de tempestade ou de mau acondicionamento de algum contentor, poderem ter contentores a cair para a estrada, e a criar ali condições de risco, que lhes pareciam ser absolutamente desnecessárias.

Portanto, em qualquer um dos outros lotes, fosse naquele parque industrial, fosse em qualquer outro loteamento industrial, ou para habitação, quando tinham a definição do limite de altura do muro, bastante abaixo daquilo que era o limite de altura de um contentor marítimo, quando tinham também regras que eram muito claras, no que respeitava àquilo que era a capacidade, para dentro dos lotes, que não eram, naturalmente, cumpridas, quando não tendo muro tinham uma delimitação num terreno que era feita com uma parede de metal que ia dos 2,35 metros até aos 7 metros, não sabia se não existiria ali algum incumprimento, e como tinha dito, alguma questão de segurança, que necessitasse de uma melhor apreciação, nomeadamente, dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que efetivamente, só naquele dia estavam a aprovar o projeto de arquitetura e tinha havido uma ocupação e uma movimentação térrea previa à aprovação ao projeto, portanto, nesse sentido os serviços de fiscalização já tinham atuado, tinha sido levantada uma contraordenação e, portanto, essa questão estava acautelada para ser corrigida e não se verificar no decurso do projeto.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Colocou à votação da deliberação n.º 752/2023 à 772/2023 e a deliberação n.º 774/2023, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

36. Deliberação n.º 752/2023 – Proposta n.º 173/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de alterações ao projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de uma unidade hoteleira - Processo n.º 47/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 35).



37. Deliberação n.º 753/2023 – Proposta n.º 174/2023 – DURB/DIGU – Licença para legalização de obras de alteração de edifício e mudança de uso para armazém - Processo n.º 188/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 35).

38. Deliberação n.º 754/2023 – Proposta n.º 175/2023 – DURB/DIGU – Licença para legalização de alteração e ampliação e de obras de ampliação de dois edifícios existentes, com mudança de uso - Processo n.º 132/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 35).

39. Deliberação n.º 755/2023 – Proposta n.º 176/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 410/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 35).

40. Deliberação n.º 756/2023 – Proposta n.º 177/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 550/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 a 102 (ver ponto 35).

41. Deliberação n.º 757/2023 – Proposta n.º 178/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 550/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 103 a 106 (ver ponto 35).

42. Deliberação n.º 758/2023 – Proposta n.º 179/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de edificação de estabelecimentos de comércio, serviços e restauração, com obras de urbanização - Processo n.º 550/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 35).



43. Deliberação n.º 759/2023 – Proposta n.º 180/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de legalização de alteração da fachada - Processo n.º 412/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 35).

44. Deliberação n.º 760/2023 – Proposta n.º 181/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de Informação Prévia para vinculação do uso afeto a parcela de terreno - Processo n.º 34/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 35).

45. Deliberação n.º 761/2023 – Proposta n.º 182/2023 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia para construção de 13 edifícios de equipamentos - Processo n.º 34/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 35).

46. Deliberação n.º 762/2023 – Proposta n.º 183/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de Operação de Loteamento - Processo n.º 964/99

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 35).

47. Deliberação n.º 763/2023 – Proposta n.º 184/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do Alvará de Loteamento n.º 3/12 - Processo n.º 1095/09

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 35).

48. Deliberação n.º 764/2023 – Proposta n.º 185/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura – Alterações - Processo n.º 210/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 35).



**49. Deliberação n.º 765/2023 – Proposta n.º 186/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura, alterações - Processo n.º 234/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 35).

**50. Deliberação n.º 766/2023 – Proposta n.º 187/2023 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de reabilitação e alteração de uso de
edifício - Processo n.º 85/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 35).

**51. Deliberação n.º 767/2023 – Proposta n.º 188/2023 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de um
edifício habitacional - Processo n.º 102/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 35).

**52. Deliberação n.º 768/2023 – Proposta n.º 189/2023 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício
habitacional - Processo n.º 312/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 35).

**53. Deliberação n.º 769/2023 – Proposta n.º 190/2023 – DURB/GAPRU – Pedido
de Informação Prévia Desfavorável sobre viabilidade de realização de
obras de alteração e ampliação - Processo n.º 32/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 35).

**54. Deliberação n.º 770/2023 – Proposta n.º 191/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de minuta para contrato de obras de urbanização e aceitação
dos projetos de infraestruturas respetivos - Processo n.º 436/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 119 e 120 (ver ponto 35).



55. Deliberação n.º 771/2023 – Proposta n.º 192/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – TUK-TUK – Para venda de água de coco - Processo n.º 105/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 121 a 123 (ver ponto 35).

56. Deliberação n.º 772/2023 – Proposta n.º 193/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 124 a 126 (ver ponto 35).

57. Deliberação n.º 773/2023 – Proposta n.º 194/2023 – DURB/DIMOT – Prolongamento do projeto-piloto de micromobilidade: Instalação e operação de sistema de trotinetes e bicicletas elétricas de uso partilhado Bolt na cidade de Setúbal até conclusão procedimento por hasta pública para atribuição de licenças para exploração de serviços de partilha de velocípedes ou equiparados no espaço público

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 127 a 129.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que aquele prolongamento salvaguardava a continuidade dos serviços da micromobilidade, prestados pela Bolt em Setúbal, pelo facto de ainda estar a decorrer a discussão pública do Regulamento de Mobilidade Partilhada, sendo que tinha que ser aprovado em Câmara e Assembleia Municipal, e depois o procedimento de hasta pública e, portanto, não estando garantido que no fim do acordo anterior, que seria em junho, houvesse uma continuidade do serviço, o que propunham era a continuidade por mais 6 meses, sendo interrompido a partir do momento em que houvesse nova hasta pública.

Justificou o porquê de terem que fazer aquele prolongamento. O Projeto de Regulamento tinha sido aprovado numa reunião de Câmara de abril e enviado para anúncio no início da discussão pública para Diário da República. Aquela publicação tinha demorado um mês e meio, a dois meses, um prazo ou um tempo muito superior àquilo que era a prática. Consideravam que era possível trazer a reunião da Câmara o regulamento após discussão pública, ainda naquele mês, para levar a Assembleia Municipal no fim do mês, não sendo possível garantir os prazos que estavam previstos na lei, ou havia uma interrupção do serviço ou propunham a continuidade do serviço nos termos que era ali apresentado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que considerava que, mesmo que publicação em Diário da República tivesse sido mais célere, não estavam reunidas as condições para cumprir os pressupostos previstos na lei, e terem a hasta pública concluída, hasta pública que decorreria de um concurso público, concluída a tempo de serem atribuídas as licenças em hasta pública, ainda antes de caducar aquilo que era o projeto piloto. Consideravam que na proposta que lhes era apresentada não estavam reunidas as condições para que aquela proposta pudesse ser aprovada. Aquela proposta previa o prolongamento de um projeto-piloto que decorria já há 2 anos, exclusivamente com um operador que atuava em situação de monopólio, que ocupava o espaço público sem pagamento de taxas, já há 2 anos. Não era proposto que aquela concessão, que aquele projeto piloto, aquele memorando de entendimento, se prolongasse por 3 meses, ou por 6 meses, que até era um período que era apresentado na



proposta, como sendo aquilo que se considerava válido para a conclusão do procedimento de hasta pública, até ao final de 2023.

Aquilo que era proposto, era que aquele memorando de entendimento fosse prolongado “*sine die*”, porque nada lhes garantia que a hasta pública estivesse concluída até ao final de 2023. Tem visto muitos atrasos, em todo aquele processo, aliás, já tinham discutido isso por diversas vezes, inclusivamente nos “*timings*” da construção do próprio regulamento, entendiam que tinham sido excessivos e que já deveria estar, naquele momento, aprovado e vigorado, mas não tinha sido esse o caminho que o regulamento tinha levado. Mas terem e manterem uma operadora a atuar em situação de monopólio, sem concorrência, em utilização do espaço público sem pagamento de taxas, porque daqueles memorandos de entendimento não decorria a obrigação de pagamento de taxas, pelo espaço que os equipamentos ocupavam e que as diversas docas que existiam para estacionamento, quer das bicicletas, quer das trotinetes elétricas ocupavam, estavam permanentemente numa circunstância de beneficiação do operador, sem que houvesse dali uma situação que trouxesse uma opção de escolha, por exemplo, aos munícipes.

Podia dar um exemplo, o projeto-piloto do Município de Almada tinha arrancado naquele fim de semana. Era um projeto-piloto que tinha arrancado com 4 operadores, o que significava que os munícipes em Almada tinham opção de escolher qual é que era o operador que queriam utilizar, era um projeto-piloto, tal como o projeto de Setúbal também era um projeto-piloto e aquela concorrência permitia que houvesse uma baliza de preços, que em Setúbal não existia. Porque o operador estando em situação de monopólio, tabelava sempre pelo máximo que lhe era permitido e, portanto, se estivessem perante uma proposta que definisse um prazo específico, até 6 meses, que lhe parecia até ser excessivo, mas que permitiria que todo aquele processo de aprovação do regulamento na sua versão final na Câmara Municipal, a sua aprovação também na Assembleia Municipal, e o lançamento, e conclusão da hasta pública que pudessem acontecer, haveriam condições se o Partido Socialista se abstivesse tal como se tinha abtido já nas prorrogações anteriores, sendo um prolongamento “*sine die*”, um prolongamento que era feito até à conclusão da hasta pública:” *bom, nós não sabemos se haverão concorrentes na hasta pública, pode até acontecer que não haja, acreditamos que isso não suceda, mas pode acontecer que não haja, e o que é que vamos fazer? vamos manter tal como está, para mantermos a continuidade do serviço*”.

Não lhe parecia que fosse aceitável terem uma proposta de um projeto-piloto que tinha começado por um ano, que naquele momento ia em dois, e que estavam disponíveis, como tinha dito, compreendendo alguns constrangimentos, para acompanhar por uma prorrogação de mais 6 meses, não se justificava que a proposta que lhes tinha sido, naquele dia, apresentada representasse uma prorrogação sem prazo definido, “*sine die*” até que eventualmente uma hasta pública viesse a resultar na concessão de licenças, se não resultasse continuariam com o mesmo projeto, com o mesmo memorando de entendimento. Isso parecia-lhes que não fazia sentido, não só para defesa daquilo que era o interesse do Município que, naturalmente, também queria cobrar taxas por aquilo que era ocupação do espaço público, porque a receita era sempre necessária, compreendiam isso, mas também porque do ponto de vista do utilizador era importante que houvesse concorrência, era importante que não tivessem a cidade a ser utilizada, exclusivamente, por um operador para a disponibilização dos seus serviços.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que de facto iam num piloto com 2 anos, era demasiado tempo. Se as outras propostas que tinham sido apresentadas, a primeira era porque tinha entrado em funcionamento em simultâneo com a Carris Metropolitana, não tinha havido possibilidade de aferirem a utilização, porque o processo de implementação da Carris Metropolitana não tinha corrido como o esperado, e, portanto, tinham protelando num claro benefício a favor de um operador em relação a outros eventuais concorrentes e, de facto, só poderiam aceitar uma prorrogação, se houver um fundamento temporal relativamente curto, porque de outra forma não havia forma de continuarem a protelar aquela situação, sem



saberem qual é que era o prazo de conclusão, com um benefício claro para um único operador.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que havia de facto um único operador, mas havia um benefício para a população, e isso é que deveria estar subjacente à aceitação, ou não, daquela proposta.

Disse também, que obviamente, os senhores Vereadores tinham a possibilidade de não aprovar aquela proposta e, portanto, não fazer continuidade do projeto.

Sobre os prazos, efetivamente tendo-se garantido o prazo de publicação, no prazo que era expectável, estavam em condições de trazer o regulamento e a proposta de hasta pública à reunião da Câmara e à Assembleia Municipal, não tinha sido possível e, portanto, aquela proposta.

Estava de acordo integrar na proposta, um período temporal, aliás, considerava que era um lapso da proposta, a partir do momento em que havia um regulamento aprovado e em vigor havia uma obrigatoriedade de sujeitar à concorrência e, portanto, obviamente, que não tinha enquadramento a continuidade daqueles projetos-piloto, nas condições que tinha vindo a aprovar.

Portanto, propunha acrescentar na proposta no último parágrafo antes da deliberação: *“até à conclusão do procedimento de hasta pública para a atribuição das licenças para exploração de serviços de partilha de velocípedes ou equiparados no espaço público num prazo máximo de 6 meses”*. Disse que nos anexos, portanto, os aditamentos ao memorando de entendimento, eles próprios na cláusula 2.ª faziam essa ressalva, de que aquele memorando só era válido até ao procedimento concursal, ou de hasta pública, que seria aplicado. Portanto, pensava que essa questão era completamente ultrapassável.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que apenas para clarificar, portanto, a proposta de alteração da senhora Vereadora Rita Carvalho, era que ficasse inscrito, no ponto deliberativo: *“que esta prorrogação do projeto-piloto, este prolongamento do projeto-piloto terá um prazo máximo de 6 meses, vigorará no máximo por 6 meses”*.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que por eles poderiam passar à votação, com o pressuposto de incluir aquilo que tinha dito a senhora Vereadora.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

58. Deliberação n.º 774/2023 – Proposta n.º 374/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 01/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes – Adjudicação

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 130 e 131 (ver ponto 35).

59. Deliberação n.º 775/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPSD – Moção - Criação e implementação de uma unidade local de saúde no Concelho de Setúbal

A Sra. Vereadora Sónia Martins leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que aquela proposta tinha surgido no seguimento de uma nota de imprensa, que tinha sido emitida pela Direção Executiva do SNS, que lhes dava a conhecer que estava prevista uma Unidade Local de Saúde da Arrábida, para o concelho de Setúbal, e que à data daquela nota de imprensa, o plano de negócios daquela Unidade Local de Saúde da Arrábida estaria em avaliação pelo Ministério das Finanças. Tinha feito saber também a Direção Executiva, que o Serviço Nacional de Saúde iria dispor de 33 unidades locais de saúde, até ao final daquele ano, e que aquelas unidades locais de saúde iam assegurar a resposta a mais de 80% da população portuguesa, sendo que uma daquelas unidades seria no concelho de Setúbal.

O número de utentes sem médico de família atribuído tinha subido 4,7% entre abril e maio do corrente ano e, portanto, tinham ficado preocupados, no sentido de que, não bastaria criar uma Unidade Local de Saúde para resolver todos os problemas que tinham no SNS, aliás, tinham começado aquela reunião a frisar alguns dos problemas de fundo, que tinham de ser resolvidos, porque a questão da saúde tinha que ser resolvida como um todo. Tinha trazido aquela proposta à reunião da Câmara, no sentido de apresentar aquilo que eram as propostas do PSD, aquilo que o PSD entendia ser necessário dotar as unidades locais de saúde para que, efetivamente, essas unidades locais de saúde pudessem vir a dar resposta efetiva àquilo que eram as necessidades reais da população, tendo presente que não bastaria e que a transferência de competências para as autarquias, naquela matéria, não poderia ser tratada como tem sido noutras.

O que os tinha levado a ficar preocupados tinha sido a identificação de alguns obstáculos e de algumas advertências que lhes tinham ido chegando pelos profissionais de saúde e, portanto, levou-os a estudar aquela matéria e a trazê-la ali com contributos.

O principal objetivo era dar contributos para que, de facto, chegasse uma Unidade Local de Saúde que viesse dar resposta. Tinha tido conhecimento que os prazos que tinham sido apresentados junto dos profissionais de saúde, eram insuficientes, no que dizia respeito ao plano organizacional, para que ele pudesse ser exequível, eficaz e suficiente. Não havia informação junto dos profissionais de saúde, relativamente àquela reestruturação. Os profissionais de saúde deixam de estar afetos, naquele caso, por exemplo, os enfermeiros que trabalhavam no Hospital de São Bernardo, tanto podiam estar no hospital como nos cuidados de saúde primários. Portanto, não havia conhecimento de como é que ia ser feito o reajuste organizacional inerente à criação da Unidade Local de Saúde, a acontecer em simultâneo com as obras de requalificação e ampliação do hospital, o que obrigava a um esforço extra por parte das chefias e equipas, nomeadamente, no que dizia respeito aos planos de ação para o ano que já estava a decorrer.

Era urgente e necessário tratar dos recursos humanos, porque podiam criar unidades locais de saúde, podiam criar várias infraestruturas, mas se não tivessem recursos humanos, continuavam com os mesmos problemas, aliás, ainda naquele fim de semana, a urgência de obstetrícia do Hospital de São Bernardo ia voltar a fechar. Os profissionais de saúde têm questionado de que forma é que seria implementada a mobilidade dentro das unidades que integravam aquela Unidade Local de Saúde, e sentia-se alguma instabilidade junto das equipas multidisciplinares. Uma das questões que os profissionais de saúde têm questionado, e que não têm tido resposta é se aquelas unidades, de facto, seriam dotadas de meios complementares de diagnóstico e tratamento e de consultas de especialidade, porque só assim conseguiriam dar uma resposta efetiva à população e diminuir aquilo que era a afluência às urgências, e que muitas vezes sabíamos que acabávamos por nos dirigir às urgências com situações menos urgentes.

Portanto, era necessário e urgente pelo país pensarem a saúde como um todo e, nesse sentido, aqueles eram os alertas, as sugestões, as propostas que o PSD fazia, uma vez que aquele tinha sido o caminho, que o Governo tinha decidido tomar, para fazer face àqueles que eram os problemas da saúde, e ficavam satisfeitos por saber que as unidades locais iriam dar resposta a mais de 80% da população portuguesa.

Esperavam que não se verificasse aquilo que tinha acontecido com os médicos de família, porque o nosso Primeiro-Ministro, tinha anunciado que, cada um dos portugueses iria ter

médico de família, e já eram um milhão e setecentos mil sem médico de família e, portanto, queriam acreditar que seria através das unidades locais de saúde, e, portanto, apresentavam ali, aquelas que eram as propostas deles para que pudessem funcionar, de uma forma eficiente, e dar resposta à população.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria de tecer alguns comentários sobre aquele documento, em primeiro lugar sobre a forma.

Aquela Moção que se chamava *“Moção - Criação e implementação de uma unidade local de saúde no Concelho de Setúbal”*, tinha como único ponto deliberativo enviar a proposta apresentada pelo PSD, naquela Câmara Municipal, sobre a criação e implementação de uma Unidade Local de Saúde, ao Ex.mo senhor Presidente da República, Ex.mo senhor Ministro da Saúde, Ex.mo senhor Secretário de Estado da Saúde, ao Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, ao senhor Diretor Executivo e Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida e, portanto, aquilo que iam deliberar, independentemente daquilo que eram os considerandos que eram apresentados, era se aquela Câmara Municipal, aceitava, ou não aceitava, que fossem enviadas aquelas propostas, àquelas entidades. Pensava que o PSD ainda tinha a capacidade política e administrativa de fazer chegar aquilo que eram as suas reivindicações às entidades competentes e não fazer da Câmara Municipal um centro de distribuição de correio, mas como tinha dito *“Voltaire”*, pensava que tinha sido *“Voltaire”* quem o tinha dito: *“Posso discordar daquilo que dizes, mas lutarei até à morte pelo teu direito a dizê-lo”*, portanto, não se oporiam a que o Partido Social Democrata utilize-se a Câmara Municipal para fazer chegar as suas reivindicações às entidades que ali eram referidas. Quanto à forma estavam conversados.

Sobre o conteúdo, quando tinham lido aquela proposta, tinham ficado absolutamente convictos que o PSD não tinha tido conhecimento da nota de imprensa da Direção Executiva do SNS, datada de 27 de maio. Nessa nota de imprensa, era claro, era evidente, que estavam já em fase adiantada de elaboração os planos de negócios de 19 unidades locais de saúde, das quais 12 já tinham terminado os documentos que se encontravam a ser avaliados pelo Ministério das Finanças e entre essas 12 encontrava-se a Unidade Local de Saúde que ia afetar o nosso território, que era a Unidade Local de Saúde da Arrábida, e, portanto, quando viram aquele documento, quer o seu título, quer no seu conteúdo, nas suas propostas e sugestões, tinham ficado absolutamente convictos que o PSD não sabia que a Unidade Local de Saúde da Arrábida era uma realidade em vias de concretização.

Era um projeto que estava, juntamente com outros 11, numa fase já muito avançada, e em breve seria uma realidade no nosso território. Portanto, tinham estranhado, efetivamente, embora não deixassem de saudar que o PSD viesse reconhecer, com aquele documento, aquilo que era a visão de futuro que o Partido Socialista, nomeadamente, o Ministério da Saúde, mas também a Direção Executiva do SNS, tinha para o Serviço Nacional de Saúde, porque era a única forma que tinham de interpretar aquilo que lhes era apresentado.

Era um reconhecimento por parte do PSD, daquilo que era a visão e o trabalho que tem sido feito quer do Ministério da Saúde, quer particularmente da Direção Executiva do SNS, no sentido de melhorar aquilo que eram as condições, que eram, naturalmente, condições deficitárias, todos sabiam, todos conheciam o estado em que, infelizmente, o Serviço Nacional de Saúde tinha chegado, o trabalho que tem sido feito e o investimento significativo que tem sido feito ao longo dos últimos 10 anos, no sentido de reverter a situação que tinha sido criada.

Portanto, naturalmente que votariam a favor da possibilidade do PSD enviar as suas considerações, para as entidades que ali eram elencadas, no conteúdo deliberativo daquela proposta. Acompanhavam aquilo que era a visão que tem sido apresentada por parte da Direção Executiva do SNS, e do Ministério da Saúde, da necessidade de criarem unidades locais de saúde, e do esforço que tem sido feito para que essa fosse uma realidade tão breve quanto possível e acreditavam, tendo em conta o estado avançado em que aquele processo já se encontrava, no que respeitava à Unidade Local de Saúde da Arrábida, que muito em

breve estaria implementada no nosso território, naturalmente, votariam aquela proposta favoravelmente.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o senhor Vereador Joel Marques tinha sempre um grande sentido de humor. Relativamente àquilo que eram as atribuições daquela Câmara Municipal, não tinham por hábito fazer de nenhuma entidade nenhum centro de distribuição, até porque não era esse o seu apanágio. Aquilo que consideravam é que tinham o dever, não só de criticar, sabia que o Partido Socialista era perito nisso, criticava e depois não concretizava, eles tinham o hábito de apresentar sugestões de melhoria, trazer informação àquela Câmara, tudo aquilo que consideravam que era fundamental para os munícipes, e para o bom funcionamento da Câmara Municipal, *“sabe uma coisa senhor Vereador, como diz o ditado, não basta parecer, era preciso ser”*, e portanto, não bastava dizer que se ia criar uma Unidade Local de Saúde, era preciso fazê-la de forma eficaz, eficiente, planeada, pensada e por isso é que o PSD trazia aquela proposta, com várias sugestões daquilo que entendia que devia integrar uma Unidade Local de Saúde, e era tendo por base os obstáculos de quem estava no terreno, nomeadamente, os profissionais de saúde, que estavam, quer no hospital, quer a trabalhar com a Direção Executiva do SNS, têm sentido e têm transmitido aquilo que eram as dificuldades que estavam a constatar no dia a dia.

Portanto, não tinham dito, nem nunca tinham referido, que concordavam com a visão da Direção Executiva do SNS, mas havia uma coisa que sabia aceitar, viviam em democracia, tinham um governo maioritário do Partido Socialista e aquela tinha sido a decisão do Partido Socialista. *“Se era a sua opção? Não era!”* Por isso é que não tinha votado no Partido Socialista, mas, era a opção da maioria dos portugueses. Os portugueses tinham um governo maioritário do Partido Socialista e o Partido Socialista tinha decidido que para fazer face àqueles que eram os problemas do SNS - ficava satisfeita por perceber que no final de 2023 80% dos problemas do SNS estariam resolvidos -, era aquele o caminho que adotava com a Direção Executiva do SNS, portanto aquele era o caminho.

O PSD tinha entendido que devia de forma construtiva e, nomeadamente, no que dizia respeito ao concelho de Setúbal, porque era ali que se deviam cingir, apresentar uma série de considerações, daquilo que entendia ser necessário para que uma Unidade Local de Saúde pudesse ser, de facto, uma resposta eficiente e eficaz. Por isso, e frisou novamente, tinham feito questão de apresentar os obstáculos que estavam a ser sentidos, nomeadamente, com a articulação do hospital, que como sabia, estava em marcha as obras para a construção do novo edifício do hospital.

Portanto, aquele era o objetivo deles, se incomodava ao senhor Vereador trazerem propostas de sugestões daquilo que entendiam ser uma mais-valia para o concelho: *“está tão sorridente, senhor Vereador, era como costumava dizer, lamento, nós iremos continuar a apresentar estas propostas”*, e os senhores vereadores podiam votá-las ou não, isso já seria uma decisão deles.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que devia dizer à senhora Vereadora Sónia Martins, que a eles não lhes incomodava absolutamente nada as propostas dos outros partidos. Sabia que havia partidos de direita de quem o PSD se tinha aproximado nos últimos tempos, que tinham alguma dificuldade em aceitar aquilo que era a opinião diferente da sua, esse não era, nem nunca tinha sido, o caso do Partido Socialista, nem era nem nunca tinha sido matriz deles.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que: *“ainda vemos o PSD vivo, senhor Vereador”*, a verdade é que aquilo que iam deliberar era apenas o envio daquela proposta para uma lista de entidades. Enfim, não se opunham a que aquele documento fosse enviado àquelas entidades, era tão simples quanto isso. A verdade era que sobre aquilo que eram as competências das ULS, não competia àquela Câmara deliberar. Portanto, entendia que -

enfim, era a sua opinião, vinculava-o a ele -, o PC teria prestado um melhor serviço àquilo que era a visão que entendia do Serviço Nacional de Saúde, e daquilo que devia ser uma Unidade Local de Saúde, nas reuniões que já tinha tido com diversas entidades, nomeadamente com o ACES Arrábida, como ainda há pouco tinha sido referenciado, mas também naquelas que pudesse vir a ter, e naquilo que era o contacto direto, que era normal que todos tivessem enquanto autarcas, com diversas entidades, que pudesse aí demonstrar aquilo que era a sua visão, as suas propostas, sugestões e alternativas.

Aquilo que lhes era apresentado, lamentava dizê-lo, mas aquilo não era nada. Aquilo era um documento que expressava aquilo que era a visão do PSD e que deliberava: *“a Câmara Municipal de Setúbal delibera enviar a proposta apresentada pelo PSD nesta Câmara Municipal sobre a criação e implementação de uma Unidade Local de Saúde”*, que o próprio PSD reconhecia na intervenção que tinha feito na apresentação da proposta, que sabia que estava a ser criada. E, portanto, quiseram fazer um número depois de verem a nota de imprensa, que tinha sido emitida no dia 27 de maio, se calhar, teria sido mais proveitoso, porque as unidades locais de saúde não eram uma solução nova, antes, pelo contrário, era algo que já era falado há muito tempo, já existiam em Portugal Unidades Locais de Saúde desde 1999, portanto, ainda há mais anos do que aqueles que a CDU levava no Governo daquela Câmara Municipal, portanto, teria, eventualmente, sido mais proveitoso, do ponto de vista daquilo que era a afirmação das propostas alternativas, ou de melhoria que o PC tinha para apresentar, tê-lo feito, ainda antes de ser uma realidade aquela nota de imprensa, ser uma realidade o estado avançado em que estava o processo de criação da Unidade Local de Saúde Arrábida, e de ser uma realidade aquilo que eram as melhorias que se pretendiam, naturalmente, implementar no Serviço Nacional de Saúde.

Mas não, o PSD aquilo que fazia era, na sequência de uma nota de imprensa, querer *“cavalgar uma onda”*, e vir apresentar sugestões e propostas de melhoria, enfim, nomeando-as quando decide atribuir o título à moção, como sendo a criação e implementação de uma Unidade Local de Saúde, aliás, até mesmo nos considerandos da proposta, que se deliberava enviar, era a proposta pelo PSD naquela Câmara Municipal, sobre a criação e implementação de uma Unidade Local de Saúde, como se essa criação e implementação não fosse já uma realidade, mais do que afirmada pela Direção Executiva do SNS, portanto, vinha tarde. Vinha sempre em bom tempo, mas vinha tarde.

Aquele conteúdo deliberativo, efetivamente, era uma coisa que, enfim, tinham alguma dificuldade em perceber como é que se construía uma moção, sobre o Serviço Nacional de Saúde e sobre as Unidades Locais de Saúde, mas aquilo que se deliberava naquela moção era exclusivamente o envio das propostas que não eram da Câmara, naturalmente, eram do PSD, porque elas não seriam ali votadas, o que era votado era o conteúdo deliberativo que era enviar as propostas do PSD, àquelas entidades que ali lhes eram apresentadas. Portanto, se isso não era fazer da Câmara Municipal um centro de distribuição de correio, não sabia o que seria, mas os senhores, naturalmente, saberiam aquilo que pretendiam fazer.

Sr. Vereadora Sónia Marques – Disse que seria muito mais fácil ter ali uma deliberação que a Câmara Municipal ia assumir todas as responsabilidades, isso seria um paraíso para o Partido Socialista. Não acreditavam naquilo que o Partido Socialista ia dizendo, até porque aquele exemplo que tinha dado, do médico de família, era um exemplo muito claro. Continuava a aumentar o número de portugueses sem médico de família, portanto, os compromissos que o Partido Socialista assumia para defesa daquilo que era o direito à saúde, tinham muita dificuldade em acreditar neles.

O Vereador Joel Marques, podia fazer os considerandos que entendesse, não ia estar a alimentar isso, não lhe ia dar esse gosto, o objetivo ali era contribuir, era, de facto, poderem estar conscientes daquilo que eram os problemas que os profissionais de saúde enfrentavam todos os dias, naquele que era o caos e naquilo que era a desorganização do SNS, e, portanto, esse era o objetivo da proposta.

A Câmara Municipal não tinha competência para deliberar de outra forma naquelas matérias, no entanto, entendiam que devia aquela Câmara Municipal assumir aquilo que eram os

objetivos, e aquilo que eram os obstáculos, que os profissionais de saúde estavam a sentir no terreno e estar solidária com as dificuldades que iam sentido.

Portanto, não ia alimentar aquela discussão, como o Vereador Joel gostava de fazer, naquele dia estava no lugar do Vereador Fernando José, não ia alimentar aquela discussão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que só para esclarecer a senhora Vereadora Sónia Martins, que estava no seu lugar, não estava no lugar de ninguém, nem sequer estava ali em substituição, estava efetivamente no seu lugar, e, portanto, os considerandos que tinha tecido eram aqueles que tinha entendido no desempenho das suas funções, da mesma forma que o PSD tecia as considerações que entendiam, e os senhores Vereadores faziam-no no desempenho que eram as suas funções.

Sr. Presidente – Disse que não tinham percebido muito bem o sentido daquela proposta, mas já tinha percebido qual era a intenção dos senhores Vereadores trazerem ali aquela proposta.

Era uma proposta de dar um contributo, no sentido de que uma Unidade Local de Saúde a funcionar, funcionasse ultrapassando aquele diagnóstico desgraçado que era ali traçado, e que era aquilo que viviam atualmente. Tinha percebido isso, mas nos termos em que o documento era apresentado, não o podiam acompanhar. E não podia acompanhar, fundamentalmente por duas razões. Uma primeira, era porque consideravam que o senhor Vereador Joel Marques tinha razão. É que a Unidade de Local de Saúde, a sua constituição era da responsabilidade, naturalmente, do Governo e, portanto, o senhor Ministro, quando naquelas conversas que tinham tido, lhes tinha colocado o que é que pensavam, sobre a criação de uma Unidade de Local de Saúde, estava a falar dos três presidentes das câmaras, porque a Unidade Local de Saúde de que se falava abrangia os territórios das câmaras de Setúbal, Sesimbra e Palmela e, portanto, tinha sido numa reunião com os três presidentes de câmara que o senhor Ministro tinha colocado aquela questão, de saber o que pensavam daquela possibilidade. Tinham dito que precisavam de aprofundar o conhecimento do que estava em causa. Passados 15 dias, os documentos estavam aí, portanto, se a memória não lhe falhava, passado mais ou menos 15 dias, tinham recebido uma notificação do senhor Ministro a dizer que tinha sido criado um grupo de trabalho, o senhor Presidente do Concelho Executivo ou da Comissão Executiva do SNS, o senhor Presidente da Comissão Diretiva do Hospital e o senhor Presidente do ACES, e, portanto, o assunto tinha ficado resolvido. E depois continuou a insistir do envolvimento dos municípios naquele processo. Naturalmente, que tinham ido verificar o que é que significava aquilo. Significava que os três municípios, representavam um representante para o Concelho de Administração. O concelho de Administração tinha 7 administradores, 6 eram nomeados pelo Governo, um era nomeado por aqueles três municípios, face à ligação daquilo com a transferência de competências que estava aí, a as responsabilidades que queriam atribuir ao município de Setúbal, a todos os municípios, mas naquele caso àqueles municípios.

Não podiam aceitar aquela situação, não podiam aceitar, porque: *“quando está mal, andamos para a frente, passamos por cima de todos e de tudo, andamos para a frente”*, e, portanto, aquela criação daquela Unidade Local de Saúde era isso na prática que significava. Tinham dito isso, claramente, ao senhor Ministro, aliás, ele já tinha respondido àquela posição que tinha sido transmitida. Os municípios não estavam para assumir, ou que as populações e os profissionais de saúde ficassem com ideia de que se criava uma Unidade Local de Saúde, e que depois os municípios faziam parte daquele sistema, como tinham um administrador, e o sistema era aquilo que conheciam. Reconhecia a importância de se dizer que uma Unidade Local de Saúde devia funcionar daquela forma: *“senhora Vereadora, mas é por isso que eu digo, o senhor Vereador Joel Marques tem toda a razão, tem toda a razão, porque ele sabe do que é que está a falar”*, é que o Governo impunha, impunha aquilo, e depois dizia aos municípios para participarem e para assumirem as responsabilidades, para não poderem ficar ao lado das populações e dos profissionais, como tinham estado a fazer, e por isso, não aceitavam aquilo. E era por isso que não podiam acompanhar aquela proposta, pelo menos

nos termos em que ela estava feita. Não tinham nada contra a que se dirigisse uma proposta àqueles órgãos, no sentido de dizer como é que aquilo se constituía, mas isso estava escrito, mas todos eles já tinham determinado como é que aquilo ia funcionar, e, portanto, não participavam, a não ser que fossem obrigados por lei a participar, mas isso fá-lo-iam sempre sobre protesto, e denunciando o que estava ali em causa.

O que estava ali em causa era, toda a situação de degradação crescente. A senhora Vereadora tinha referido, que mais uma vez, o Hospital de São Bernardo ia estar encerrado, as urgências do Hospital de São Bernardo iam estar encerradas desde o dia seguinte às 9 horas até às 9 horas do dia 12 de junho, e aquilo é o que queriam que os autarcas daquela região fossem coniventes, ao fazer parte de um Conselho de Administração, de uma coisa que era uma estrutura de nomeação, mas que na prática continuava tudo por fazer. Aquilo que tinha dito ao senhor Ministro, tinha sido que o senhor Ministro poderia continuar a contar com o Município de Setúbal, e certamente com os outros dois municípios, para continuar a assumir responsabilidades, que não eram deles, mas que iam no sentido de construir os serviços que faziam falta, naquilo que também era a capacidade deles, para servir as populações, como acontecia com o Centro de Saúde de Azeitão.

No Centro de Saúde de Azeitão, o que tinha acontecido tinha sido que o Governo não tinha querido assumir a responsabilidade da construção, e tinha dito à Câmara Municipal: *“se vocês quiserem assumir a responsabilidade da construção, o lançamento do concurso, acompanhamento das obras, fazemos projeto, fazer os arranjos exteriores”*, e tinham assumido tudo, não era da competência deles, estavam a gastar dinheiro que poderia ser investido noutras outras áreas, que eram da competência própria dos municípios, mas sabendo o estado de degradação, em que se encontrava a saúde no Município de Setúbal, não era só ali, mas era dali que tinham que falar, naturalmente, que tinham aceitado assumir todas aquelas responsabilidades. Já tinha dito ao senhor Ministro, porque a obra ia ser entregue à Câmara Municipal, porque tinha sido eles que tinham lançado o concurso, tinham sido eles que eram o dono da obra, tinha sido eles que tinham acompanhado a obra, a obra ia ser entregue à Câmara Municipal na próxima semana, era o que estava previsto. Questionou se iam ter uma obra nova, com todas as condições e onde é que estavam os profissionais de saúde. Essa era a questão. Não podiam deixar de denunciar aquela situação.

Tinham elaborado, tal como tinha sido acordado, os projetos do Centro de Saúde da Bela Vista, tinham dado o terreno, como tinham dado em Azeitão. Elaboraram os projetos, os projetos foram para apreciação na Administração Regional de Saúde, propuseram algumas alterações, voltaram, eles fizeram as alterações, presentemente os projetos estavam na Administração Regional de Saúde, à espera que fossem viabilizados, para que o Ministério pudesse abrir um aviso de candidatura, para eles puderem apresentar a candidatura, para eles lançarem o concurso, para eles continuarem a assumir todas as responsabilidades na construção do Centro de Saúde da Bela Vista.

Tinham um acordo para lançar o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, era assim conhecido, ainda não tinham avançado os projetos, porque lhes tinha sido dito que aquele Centro de Saúde tinha de ser bem pensado, porque havia uma componente administrativa, que era a instalação do ACES, e, portanto, faltava-lhes informação da parte da ARS para lançarem os concursos dos projetos. O terreno estava lá, cedido ao Ministério. O Hospital estava naquelas condições, apesar de continuarem a sair notícias a dizer que vinham mais: *“não sei quantos médicos para ali, mais não sei quanto médicos para ali”*, mas o que era um facto, era o que a senhora Vereadora tinha dito, as urgências do Hospital iam estar encerradas entre as 9 horas do dia 8, no dia seguinte, e as 9 horas do dia 12, era aquela a situação que estavam a viver. Portanto, não podiam pactuar, de maneira nenhuma, com aquela situação, e aquilo que queriam: *“é que nós fazemos parte de um Concelho de Administração para não termos a nossa autonomia, para continuar a fazer aquilo que pudemos fazer”*, na construção de novos equipamentos, a acompanhar todos aqueles processos, mas não participavam daquela forma. Quando criassem as condições para que pudessem assumir responsabilidades naquele processo: *“estaremos cá, na primeira linha para assumir as nossas responsabilidades”*, tinha sido isso que tinha dito ao senhor Ministro, estava escrito. As autarquias em geral, tinham

assumido a responsabilidade toda da descentralização, em todas as áreas: *“agora serem enrolados numa folha de papel, para depois ficarmos condicionados a podermos-nos posicionar sobre alguma coisa que não vai funcionar, nas condições em que está, não vai funcionar, e não há garantia nenhuma para que venha a funcionar”*. Mas, continuavam a fazer tudo o que estivesse ao alcance deles, para em conjunto com o Governo, construírem os Centros de Saúde que faltavam.

Para que os Centros de Saúde tivessem condições, mas para isso era preciso colocar lá os profissionais de saúde e isso cabia ao Ministério, cabia ao Governo fazer isso. E, quando lá estivessem os profissionais, naturalmente, gerir aquilo que dizia no seu documento, na sua proposta, que era de alguns daqueles Centros de Saúde terem meios de diagnóstico, terem condições para que as pessoas não tivessem de ir às urgências do Hospital, que era o que acontecia presentemente. E, por isso é que as urgências estavam no estado em que estavam. Já não tinham profissionais, como os Centros de Saúde não funcionavam, não davam resposta às necessidades das pessoas, as pessoas iam às urgências do Hospital, era um círculo vicioso, e, portanto, estavam disponíveis para construir os Centros de Saúde, com o financiamento que eram os fundos comunitários, como todos sabiam, mas havia uma parte significativa que era investimento da própria Câmara Municipal, a começar pela cedência dos terrenos. Mas estavam disponíveis para fazer isso tudo, e para criar as condições para que, efetivamente, o Hospital viesse a funcionar com condições mínimas. Os diretores de serviço que se tinham demitido, embora continuando a funcionar, tinham-lhes dito que aquela ampliação não era suficiente para aquilo que era um Hospital daqueles. Portanto, essa questão era uma nota que o Conselho de Administração do Hospital, o anterior, como certamente o atual, havia de ter de referência. Para eles o que era importante era que tinha havido, também, num processo que se tinha anunciado tantas vezes o financiamento do Hospital, mas o financiamento não vinha, tinha sido preciso que o PCP, na Assembleia da República, fizesse incluir o valor do orçamento para o Hospital, porque não tinha orçamento, o que havia era uma campanha, a dizer que se ia construir a ampliação do Hospital, a realidade era essa, e, portanto, presentemente as obras tinham avançado, naturalmente que participavam com o senhor Ministro no lançamento da primeira pedra: *“estamos cá, para trabalhar”*, para criar condições, porque conheciam também, porque falavam com os profissionais de saúde, e conheciam aquela realidade, e sabiam que aquela era uma ajuda que poderiam dar: *“agora, não nos enrolam em nenhuma folha de papel”*, porque o que estava em causa era isso mesmo.

Por isso, senhora Vereadora, nos termos em que aquela proposta estava não podiam concordar, porque aquilo era o *“lavar das mãos, ali, do Partido Socialista”*, e isso não faziam.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria reforçar, como disse que tinha que se denunciar aquilo que vem sendo feito, era exatamente esse o propósito, era denunciar aquilo que não estava a ser feito, aquilo que não estava a ser acautelado, aqueles que eram os obstáculos que estavam a ser sentidos naquele momento, e, portanto, o que estavam a fazer era exatamente isso, era denunciar aquilo que não estava a ser feito, porque de facto ouviam que iam avançar as unidades locais de saúde. Perguntou de que forma é que essas unidades locais de saúde iam avançar. Era nesse sentido que aquela proposta era apresentada.

Sr. Presidente – Disse que compreendia, mas para eles era um pouco mais do que isso.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que já muito tinha sido dito sobre aquela matéria, mas era caso para dizer que sobre aquela discussão era bom que PS e PSD se entendessem. Primeiro porque na intervenção inicial da Vereadora Sónia Martins, efetivamente o que tinha depreendido das suas palavras, e com muito acerto em muitas das suas afirmações, era exatamente uma descrição e um diagnóstico rigoroso de porque é que havia profundas reservas sobre as ULS, aliás, serviria que nem uma luva para apresentar todas as reservas sobre as ULS e, o porquê de poderem questionar se aquele modelo de gestão podia ou não ser um modelo adequado. Quando dizia que era bom que se entendessem, porque, de facto,

o PSD tinha feito aquela proposta, diria a bancada do Partido Socialista, que eram atentos, curiosamente depois daquela mesma proposta ter sido apresentada o PS tinha ido rapidamente colocar também nas suas páginas de “instagram” a informação da constituição da ULS. Portanto, aparentemente não sabia se quem é que estava preocupado com o quê, mas naquela guerra de quem chegava primeiro, tinha havido aquela necessidade.

Disse que gostava de dar duas ou três notas sobre aquela matéria.

Primeiro, porque, e o senhor Presidente já tinha referido, era bom que entendessem, naquilo que eram competências municipais, estavam a falar de um modelo de gestão que ultrapassava as responsabilidades do Município. E, portanto, tinham de considerar que, sem prejuízo de defender aquilo que interessava aos municípios de Setúbal, que a organização do modelo, com aquelas características, tinha que claramente ocupar uma articulação supraconcelhia. E, portanto, logo ali a discussão devia exigir um outro grau e uma complexidade que não podia ficar refém de um conjunto de contributos, que pela sua validade podiam, efetivamente, ser depois desajustados num pensamento estratégico, face àquilo que era a ideia subjacente.

Mas, voltando ao princípio, havia uma questão que o incomodava logo em todo aquele processo. Pensava que aquilo não era nada de especial, mas aquela era a capa daquilo que estavam presentemente a versar o nosso tempo, e quando se falava de saúde e se falava de negócio, era logo à partida, uma questão que o incomodava. Quando se pensava num modelo que sobretudo devia beneficiar e devia ter o doente e a pessoa, ou o utente, no centro da nossa atenção, estavam a falar de negócios. Era bom que se entendessem, que aquilo que as ULS, em particular aquilo que já ali tinha sido dito, e que tinha sido defendido muitas vezes pelo próprio Partido Socialista, e era bom que não se esquecessem, que a bancada do Partido Socialista, naquela Câmara Municipal, estava e tem estado de acordo com os encerramentos programados das urgências do Hospital, dizendo que aquela era a única solução, para responder aos problemas dos nossos utentes, efetivamente não estavam alinhados com essa situação e, portanto, aquilo que a senhora Vereadora já ali lhes tinha trazido, que todos sabiam: *“se há menos recursos, se há menos equipamentos, vamos lá juntar isto tudo no mesmo modelo de gestão, pode ser que assim pareça que somos mais para responder aos problemas”*.

Colocava aquela questão, por uma questão que voltava ao início daquela reunião, uma questão que tinha sido levantada, exatamente pelo Vereador Fernando Negrão, é que para aquele modelo ter qualquer tipo de validade, a horizontalidade que estava subjacente ao mesmo, precisava de ter meios e recursos capazes de concorrer para o funcionamento. Ora, o diagnóstico que tinham, e como tinha sido dito pelo Vereador Fernando Negrão, dando o exemplo de um único equipamento, que era a Unidade de Saúde Familiar de São Filipe, comumente dita do Viso, encontrava-se com as fragilidades que estava, mas outras tantas com as fragilidades que tinham como é que podiam pensar um sistema que era na sua horizontalidade capaz de concorrer para reduzir a intensidade nas urgências do Centro Hospitalar, quando os meios e os recursos não tinham capacidade para o fazer, esse era o primeiro aspeto. Portanto, logo à partida era uma questão que tinha que ser colocada à cabeça.

Segundo aspeto, os territórios eram muito diferentes, aliás, o senhor Ministro tinha tido oportunidade de o dizer várias vezes, que naquilo que era a resposta e mesmo o número de médicos de família, sabiam os indicadores, eram presentes, a população portuguesa não tinha infelizmente um acesso igualitário, e, portanto, dizer que a ULS que podia estar a funcionar bem em determinado ponto do nosso país, nomeadamente, no norte do país, se aplicava esse mesmo modelo ao território, naquele caso, ao território da Arrábida, Sesimbra, Palmela e Setúbal, era não estar a considerar as vicissitudes daquilo que era o diagnóstico que eles tantas vezes ali tinham falado, das centenas de utentes sem médicos de família, da falta de recursos e da degradação dos espaços.

Mas, ainda havia um outro fator e era isso que o pasmava naquela forma tão displicente com que o Partido Socialista, independentemente do seu alinhamento com o Governo, como não poderia deixar de ser, questionou se a bancada do Partido Socialista, em particular, o

Vereador Joel Marques sabia o que estava vertido do ponto de vista, efetivamente, do plano de negócios daquele documento em termos de investimentos, considerando que aquele era um documento que teria a validade de 2023 a 2027. Perguntou se tendo consciência dele, se achava que correspondia às necessidades objetivas do território: “senhor Vereador é que isto é gravíssimo, é gravíssimo”, e, portanto, não podiam passar um cheque em branco, para um modelo: “primeiro, existe uma avaliação objetiva do funcionamento das ULS? Não existe, e vai-me perguntar, mas onde é que se baseia nisto?”. Deu um exemplo concreto, no dia 30 de junho, já tinha tido oportunidade de frisar naquela mesma Câmara, estava agendado para Setúbal, no Auditório Charlot, os chamados estados gerais do SNS, com um conjunto de ilustres figuras ligadas às mais diferentes áreas e sensibilidades políticas, com ilustres pessoas ligadas à área da medicina e onde um dos temas que à cabeça ia ser discutido, era a validade das ULS.

Portanto, os senhores diziam.” Não, não, isto é um modelo excepcional, é espetacular, isto vai resolver tudo, e nos vamos resolver o problema em 80%”, perguntou em que é que o senhor Vereador se baseava para dizer isso. Questionou se tinha um estudo da eficácia das ULS, se sabia quanto tempo é que tinha sido pedido àquela equipa de administração para construir o documento que estava naquele momento para avaliação do Governo. Gostaria que lhe dissesse se sabia. Porque podia-lhe dizer. E, mais, era de uma desonestidade intelectual profunda dizer que as autarquias eram parte interessada, como o senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha dito, iam ter a responsabilidade da gestão dos centros de saúde, das unidades de saúde familiar, era uma responsabilidade que ia ficar ao encargo da Câmara Municipal, mas depois a forma como tinham envolvido a Câmara Municipal, para a construção daquele processo, tinha sido aquela que ali já tinha sido dita. O senhor Vereador sabia que existia um órgão, no Centro Hospitalar de Setúbal, que se chamava Conselho Consultivo, desse Conselho Consultivo, existia um representante, nomeado pela Área Metropolitana, que naquele caso era ele próprio, depois existia um representante do Governo, um representante dos trabalhadores do Centro Hospitalar, um Conselheiro indicado pela própria Administração, mais uma pessoa ligada ao voluntariado. Aquele Conselho Consultivo não tinha sido “tido nem achado” sobre aquele processo, com aquela representatividade. E, portanto, uma vez mais o que estavam a assistir era a um processo em que o Partido Socialista determinava uma solução, não fazia uma avaliação objetiva se efetivamente aquela era ou não uma solução que respondia às necessidades das pessoas, não envolvia objetivamente a entidade, ou as entidades, câmaras municipais, para um processo de discussão e de reflexão, considerando a responsabilidade, aliás, era tão gritante aquela situação que, como o senhor Presidente já tinha dito, estavam em fase de negociação, relativamente a dois dos projetos que eram a Unidade de Saúde Familiar para a Bela Vista, e para a Praceta Maria Lamas, que estavam em processo de negociação há vários anos com a ARSLVT, e não sabiam perante aquele processo, qual é que era o papel que iam ter no quadro da própria ULS, nem ninguém podia responder, mas mais, os investimentos que estavam vertidos.

Era fundamental que para garantir aquilo que era a gritante falta da prestação de serviços, que tinham à nossa população que, efetivamente se reconhecesse e que se percebesse qual a perspetiva de investimentos que o plano de negócios devia considerar. Ora, se esse plano de negócios não considerava de acordo com as necessidades, como é que podiam ter a garantia, que efetivamente, aquele modelo de gestão ia ser capaz de ultrapassar aquilo que eram os problemas que naquele momento tinham.

Podiam discutir e trazer o plano de negócios, mas não podiam aprovar em abstrato uma coisa, que era isso que estavam a falar, estavam a falar de uma coisa em abstrato. Estavam a falar de um modelo, já tinham ouvido falar de um modelo, havia autarcas que eram capazes de dizer que o modelo funcionava bem, havia outros que tinham reservas, havia muitas pessoas que tinham muitas reservas. Sobre aquela matéria era bom que o sentido de responsabilidade de todas as partes, daquilo que se estava a falar, não fosse banalizado em nome de um problema que afetava diariamente centenas de pessoas que eram beneficiárias do Centro Hospitalar de Setúbal, com problemas gravíssimos e estruturais. Não constavam, por exemplo, tanto quanto era possível perceber, não se vislumbrava, relativamente à

questão dos cuidados de saúde primários, também não se percebia que níveis de investimento é que estavam a falar, portanto, era bom que se percebesse do que é que de facto as ULS, podiam ou não podiam, e, portanto, quando se falava em negócio, era bom que aquele documento não fosse um negócio para tentar escamotear os problemas, fazendo daquela forma uma solução matemática para que essas dificuldades fossem ultrapassadas. Eram aquelas as questões que quis deixar com uma profunda preocupação, e sem condições objetivas para que um processo daquela natureza pudesse ter, da parte do executivo municipal, a concordância deles.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o senhor Vereador Pedro Pina, tinha-se referido a uma guerra de quem é que chegava primeiro, quando se tinha referido à questão dos “post”, das redes sociais. Era um problema demasiado sério, o PSD não tinha ido para as redes sociais fazer nenhum “post”. Era um problema muito sério, era um problema que os afetava a todos, e, portanto, não estavam ali para ganhar nenhuma corrida, aquilo que queriam, efetivamente, era trazer algum contributo para que pudessem resolver um dos problemas gravíssimos que o país atravessava, que era a ausência de cuidados de saúde, e isso sim, era um assunto que os devia preocupar. E com seriedade.

Submetida a votação, a proposta foi rejeitada, por maioria e em minuta, com 2 votos a favor, do PPD/PSD, 5 votos contra, da CDU, e 4 abstenções, do PS

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Madalena – *“Venho expor a minha situação, que, no início deste ano, [tive] ordem de despejo com três filhos e, desde o início deste ano, estou a morar na rua com três filhos, dentro de um carro. A Câmara Municipal de Setúbal tem conhecimento e, até agora, não tenho respostas e eu preciso de ajuda. Preciso que vocês me ajudem.”*

Sr. Presidente – *“Sra. Madalena, está inscrita nos nossos serviços?”*

Sra. Madalena – *“Sim.”*

Sr. Presidente – *“A última informação que tem sobre a sua posição na lista da classificação para atribuir uma casa, tem essa informação?”*

Sra. Madalena – *“Tenho, sim, estou em 2.º lugar. Primeiro, disseram-me para aguardar a pontuação, aguardei, mas, entretanto, ainda me encontro na mesma situação.”*

Sr. Presidente – *“Olhe, é óbvio que que eu não sei... Este 2.º lugar, não sei quantos dias ou quantos meses... Espero que não seja nada disso, mas, o que é que eu posso dizer? Eu fico muito satisfeito por a senhora, na situação em que está, estar em 2.º lugar. Desculpe lá eu dizer isto assim, mas é que chegam aqui pessoas com situações tão complicadas e que estão lá para trás na tabela, portanto...”*

Olhe, o que é que eu posso dizer? Eu agradeço ter vindo aqui. O senhor vereador está com atenção à sua situação, e, logo que seja possível, a senhora terá a casa. Portanto, em 2.º lugar, acho...”

Não lhe posso é dizer que é amanhã ou que é depois de amanhã. Naturalmente que nós não podemos tirar pessoas das casas para por lá outras - também não é isso que está à espera -, mas, pronto, a sua situação é, de facto, considerada uma situação extraordinária, e, por isso, logo que haja essa possibilidade, a senhora terá acesso à sua casa.”

Sra. Madalena – *“Claro, é que eu já não aguento mais a situação em que me encontro, é só por causa disso. Obrigado.”*

Sr. Presidente – *“Obrigado por ter vindo. Temos, agora, a Sra. Maria Fernanda Chaves, faz favor.”*

Sra. Maria Fernanda – *“Sr. Presidente, se me permite, eu entregava-lhe estes documentos, porque eu não vou ler, vou só fazer um apanhado do que aqui vim, porque a minha ideia e a minha intenção é o Sr. Presidente responder.”*

Sr. Presidente – *“Se eu souber...”*

Sra. Maria Fernanda – *“Não, responder aqui não. Aqui, não vai poder responder.”*

Sr. Presidente – *“Ah, certo.”*

Sra. Maria Fernanda – *“Nós mandámos um ofício, o ofício não foi respondido. Há 4 anos já mandámos uma denúncia que não teve efeitos nenhuns. Eu penso que a situação é bem grave, poderá ser bem grave, e, aqui, só lhe venho entregar isto, porque não sei se os papéis chegam a Vossa Excelência, para me responder pelas vias normais.”*

Sr. Presidente – *“Está identificado o processo?”*

Vozes, em fundo.

Sra. Maria Fernanda – *“Bem, resumindo, como já disse, aqui não pretendo uma resposta, não é essa a minha intenção, porque não a poderá dar, tem de analisar o processo. Aqui, é só reforçar o meu envio do ofício ao qual não tive resposta até hoje, mas, mais grave que isso, é uma denúncia que fizemos, da falta de fiscalização da instalação nas partes comuns de um prédio. Eu devo dizer que estou aqui com procuração do meu amigo que é ucraniano e não se expressa bem e, portanto, eu estou a fazê-lo, estou a ajudá-lo neste processo todo.*

O que acontece é que, em 2019, em dezembro de 2019, detetámos que a instalação do gás nas partes comuns e, portanto, em condóminos que usufruem dele, não tem qualquer verificação desde 2011, o que é muito grave. A aliar a isto, também não tem seguro, apesar de ter uma administração que esta a ser contestada judicialmente - mas, pronto, isso não é para aqui, é só, portanto, para tentar enquadrar a situação - e não tem seguro, o que não consegue fazer, porque aquilo não é administração, mas, também não conseguiria, porque não têm a vistoria do gás.

O que é que eu fiz? Numa primeira análise a esta situação, o meu colega perguntou-me: “O que é que nós podemos fazer?” Ele fez seguro, imediatamente, à fração dele, que eu penso que é o único seguro que existe no prédio, e telefonei para a Direção-Geral de Energia, para aconselharem o que é que eu poderia fazer com a falta de fiscalização do gás, que a Galp nem queria acreditar que, desde 2011, que não há qualquer vistoria. E disseram-me:” Vá imediatamente à Câmara, que é uma das entidades que pode fiscalizar essa situação” e isso é muito grave, porque, quer dizer, aliado a isso, o senhor dizer-me que não há seguro, qualquer companhia não faz o seguro com essa situação. Portanto, isso é muito grave. Temos cá que foi em Setúbal que um prédio foi ao ar, não é?

Ora bem, eu não tenho resposta desde dezembro de 2019 e isto é uma situação que eu penso que é grave. Eu não tenho resposta da Câmara. Devo dizer ao Sr. Presidente que não estranho muito, não é?, mas acredito que talvez agora vá ter resposta, porque até tive uma grande surpresa e aí dou os parabéns ao senhor - sabe que já contestei muito nesta Câmara -, é que esta sessão, agora, é pública e isso é uma grande inovação, quem não deve não teme.

Ora bem, dessa perspetiva e acreditando que o senhor vai tomar conta desta situação, o que eu lhe quero dizer é que, neste entretanto, e com várias irregularidades por parte da maioria dos condóminos, irregularidades e crimes que estão a ser contestados judicialmente,



acontece que há um condómino que inicia um alojamento local. Ao, não há atas, não há deliberações, não há nada, nada. Eu vou ver o processo, como o senhor sabe que eu vejo, vou ver o processo e não há lá nada, nem sequer o relatório de vistoria sobre este alojamento local, que me foi dito, mandado dizer pela arquiteta... - ponto, não interessa o nome e também agora não me lembro -, que não tinha tido tempo de o fazer. Passaram 50 dias até essa data, que já foi há um mês, mas o alojamento local, que era para abrir no dia um deste mês, está aberto desde abril, desde o dia 1 de abril, e a Câmara não faz nada.

Já tinham a informação de que o gás e os seguros estão em falta e deixou este alojamento local a nada. Há, realmente, uma referência que agrava esta posição dos técnicos que não atuam, que é uma informação que está junto ao processo, que essa arquitetura diz que, realmente, não há seguro. Não há seguro, mas ela deixou abrir o alojamento. Não há regulamento interno, não há ata. Então, dizem-me que, para o alojamento local, não é preciso ata. É preciso ata, Sr. Presidente.

Se me permite, eu fui ler a Lei do Condomínio, eu entreguei uma Lei de Condomínio às pessoas que estão na receção, porque deram-me uma informação mal, disseram-me que a Câmara não tinha nada a ver com isso, inicialmente, que era o turismo e eu fui para o Turismo e o Turismo diz-me o que não é o Turismo, que é a Câmara e eu vou ler o decreto-lei. “Qual é o decreto-lei?” E vou ler. É a Câmara, efetivamente. Portanto, as senhoras também estão a dar a informação mal, o que não convém, não é? que um cidadão vai lá, perde tempo, perde tudo e precisa de ser bem informado, no mínimo.

Ora bem, eu, entretanto, fiz a reclamação para o Turismo e o Turismo envia o processo todo para a Câmara. Depois, enviam-me um mail a dizer que já o tinha feito, mas nada. O Turismo envia o processo, eu reclamo, reclamo, nada, tudo por escrito e é assim: O edifício não está preparado a nível de segurança, o edifício, como disse, não tem seguro, reforço, o edifício não tem fiscalização de gás, o edifício não tem porta de segurança. O edifício não tem nada, mas a senhora assina um termo de responsabilidade, que está no processo, a dizer que o edifício tem tudo. Ora, o decreto-lei diz que isto é crime e é fundamento para anular a decisão, a abertura do condomínio.

Até diz mais, se o Sr. Presidente me der liberdade, só para... Foi consoante isto que a minha perceção de que eu tenho razão - portanto, eu não vou ler isto tudo, estou-lhe só a dizer -, é que diz que “o termo de responsabilidade subscrito pelo titular da exploração do estabelecimento, assegurando a idoneidade do edifício”. Portanto, refere o termo de responsabilidade e, depois, diz... Ah, e eu digo: “não tem seguro, não tem isto, não tem aquilo, não tem contra incêndio, é declarado pela proprietária a idoneidade do edifício”. Pergunto: É verdade? Então, ela declara e é verdade, quando o edifício não tem nada, quando não há regulamento que é obrigatório? E há mais.

Diz, também, que no artigo 9.º da lei, diz: “1 – (diz respeito ao Sr. Presidente): O presidente da câmara municipal pode determinar, precedido de audiência prévia, o cancelamento do registo respetivo”. Eu não sei se é isto que é preciso fazer, se é outra coisa, mas, quer dizer, está tudo aqui neste decreto-lei. Ora bem, ata, não especifica que o alojamento local tem que entregar uma ata, mas especifica que tem que entregar a deliberação de todos os condóminos. Ora, a Lei do Condomínio diz que as deliberações são todas, obrigatoriamente, delineadas em ata. Portanto, é o mesmo.

Ora bem, para isto, entregam-me uma informação da própria Câmara sobre este assunto - eu aqui não tenho qualquer, mas está no processo -, que é panfleto, digamos, daqui, da instituição, em que fazem um alerta, em letras grandes, a dizer que, para além do decreto-lei todo, em que vocês fazem um resumo dele todo, dos pontos principais, e está tudo certo, é o resumo do decreto-lei, acrescentam mais um alerta, quando dizem - e esse alerta é que, nos termos, realmente, lá definidos, que eu agora não trouxe -, diz que, quando estes alojamentos locais são ocupados por estrangeiros tem outro tipo de obrigação, que é um registo não sei aonde e não sei mais.

Nada disso consta no processo que a senhora tenha feito. Nada. Para além de ter estado 2 meses antes a funcionar ilegalmente. Portanto, nada disso consta, mas eu denunciei, eu... Há uma situação gravíssima lá, mas está lá tudo. O prédio não estava pintado. Sr. Presidente, só

para ver a diferenciação de critérios e de avaliações dos serviços, o prédio não estava pintado e os condóminos receberam várias cartas, ameaçando não, mas - ameaçando, mas numa forma mais ligeira, quero eu transmitir -, que, se não pintassem ou se coiso faziam e aconteciam, por uma pintura. Então, eu escrevi a dizer: “Então, e um gás?”

O que é que se passa aqui, Sr. Presidente? Eu não estou a perceber. É que eu não estou a denunciar uma situação ligeira, eu estou a denunciar uma situação que o prédio pode ir pelos ares, nem seguros têm. Mas, pronto, o procedimento da administração está a ser nas instâncias respetivas, mas a Câmara, aqui, os serviços estão a falhar redondamente.”

Sr. Presidente – *“Sra. Maria Fernanda, eu agradeço, naturalmente, o ter vindo cá, trazer esta documentação. Eu não vou fazer nenhum comentário sobre...”*

Sra. Maria Fernanda – *“Exatamente. Eu já esperava, não é?”*

Sr. Presidente – *“... mas, naturalmente que o processo vai dar entrada e, portanto, vamos avaliar e dentro dos prazos que estão estabelecidos, terá uma resposta, naturalmente.”*

Sra. Maria Fernanda – *“Sr. Presidente, só lhe peço que me responda e que me esclareça, aliás, consoante eu tenho direito, como cidadã e como munícipe. Que me responda e me esclareça, é só isso que eu lhe peço e peço licença, vou-me, embora porque, entretanto, o meu colega tinha marcação e não foi, porque, realmente, eu não espero resposta nenhuma do Sr. Presidente. É lógico e é compreensível, mas espero por escrito, Sr. Presidente. Não se esqueça de mim, senão eu estou cá.”*

Sr. Presidente – *“Não me esqueço, não. Não me esqueço, obrigado.”*

Sra. Vanda Emília – *“Venho explicar a minha situação. É que tenho cinco filhos e estou na rua. Fui para a casa da minha sogra e tenho dois filhos com doença rara e preciso que vocês resolvam o meu caso, porque eu preciso de uma casa, não vou para a rua. Eu vou à Câmara, não me resolvem o problema e tive de vir aqui, falar com o Sr. Presidente.”*

Sr. Presidente – *“Eu não... Naturalmente que aquilo que eu digo aqui, não é pôr em causa a situação em que vivem, mas, diz aqui - a senhora escreveu aqui a dizer - que está em 3.º lugar.”*

Sra. Vanda Emília – *“Sim, em 3.º lugar. E quando é que me dão a casa? Daqui a um ano ou dois ou três?”*

Sr. Presidente – *“3.º lugar, veja lá! Eu digo a mesma coisa que disse àquela senhora que estava aí. Eu fico muito satisfeito – salvaguardando, naturalmente, a situação difícil que as senhoras vivem -, fico muito satisfeito. É que, às vezes, vêm aqui pessoas em situação tão complicada e estão lá no 100.º, sei lá no quanto o lugar.*

Hoje, temos aqui uma senhora que está em 2.º lugar e uma senhora que está em 3.º lugar. Eu só espero é que se, não for amanhã, depois de amanhã que haja uma casa disponível para a senhora.”

Sra. Vanda Emília – *“Espero que sim. Tenho 2 filhos com doença rara, não é brincadeira, não é? Eu tenho que cuidar dos meus filhos.”*

Sr. Presidente – *“Sim, senhora. Mas isso, naturalmente, que isso é uma obrigação.”*

Sra. Vanda Emília – *“Pelo menos uma casa digna, para dar aos meus filhos.”*

Sr. Presidente – *“Mas está em 3.º lugar e, isso, acho...”*



Sra. Vanda Emília – *“Mais quanto tempo, Sr. Presidente? Mais quanto tempo?”*

Sr. Presidente – *“Bom, isso eu não lhe posso dizer, não é? Porque, nós... As pessoas que estão lá nas casas estão a... Portanto, têm o seu direito, não é?”*

Sra. Vanda Emília – *“Pois, eu vou lá todos os dias à Câmara e dizem-me: “Espere, espere, espere”. Mais quanto tempo espero? Têm de me dar uma resposta.”*

Sr. Presidente – *“Está bem, mas uma resposta é assim: No dia em que houver uma casa livre pode...”*

Sra. Vanda Emília – *“Qual é esse dia?”*

Sr. Presidente – *“Pois, isso não lhe posso dizer, não é? Mas tem 3.º lugar, é de supor que dentro de dias, vá lá, dentro de um mês... Eu não sei, eu não lhe sei dizer.”*

Sra. Vanda Emília – *“Vão comunicar comigo? Vão comunicar? Eu vou ficar à espera.”*

Sr. Presidente – *“É claro! Então, se a senhora diz é porque está lá escrito nos papéis que está em 3.º lugar.”*

Sra. Vanda Emília – *“É? (...) venho aqui outra vez.”*

Sr. Presidente – *“Eu agradeço a senhora ter vindo. É porque, pronto, vem aqui falar connosco. É sempre muito importante para nós que as pessoas venham.”*

Sra. Vanda Emília – *“Claro que sim.”*

Sr. Presidente – *“E, até, para nós termos esta informação. Neste caso, eu considero meio positivo. Porquê? Porque estar em 3.º lugar é estar numa fase muito próxima de atingir o objetivo, não é?”*

Sra. Vanda Emília – *“Espero que sim.”*

Sr. Presidente – *“Não, isso...”*

Sra. Vanda Emília – *“Comunicam comigo?”*

Sr. Presidente – *“Sim, sim, sim, sim. Isso, pode ficar descansada, está bem?”*

Sra. Vanda Emília – *“É? Não demora muito tempo, pois não?”*

Sr. Presidente – *“Bom, isso é que eu não posso dizer. Isso não lhe posso dizer.”*

Sra. Vanda Emília – *“Então, eu fico à espera.”*

Sr. Presidente – *“Agora, quando houver a libertação da 3.ª casa - ainda há duas à frente -, quando houver libertação da sua 3.ª casa ser-lhe-á comunicado para a sua morada, de acordo com a ficha que tem lá a inscrição, está bem?”*

Sra. Vanda Emília – *“Então, fico à espera, Sr. Presidente, está bem?”*



Sr. Presidente – *“A única coisa que eu desejo, agradecendo ter vindo cá, a única coisa que desejo é que isso aconteça, se não for amanhã, depois de amanhã (voz, em fundo), o mais breve possível.”*

Sra. Vanda Emília – *“Obrigada.”*

Sr. José Carlos – *“Eu vim da parte da habitação. Isto é assim, senhor Presidente, eu estou inscrito na Câmara já há uns 2 ou 3 anos, para aí. O número do meu processo é 29/22. A última carta que eu recebi foi no dia 16/8/2022. Deram-me a pontuação para 4 pontos. O que quero pedir? Ou que aumentem um pouco a minha pontuação ou que me deem uma casa, que eu também tenho 2 filhos. Estou a viver na casa do meu pai, sem condições. Estou a viver num quarto com 2 filhos e é o que eu estou a propor. O doutor vereador está a ouvir a conversa, que me possam responder. Eu todos os dias vou à Câmara. Já tive várias reuniões na Câmara. O que me dizem? “Não há casas” e têm vários relatórios meus lá, na Câmara. Eu tenho um atestado multiusos também meu, têm um atestado multiusos que a minha esposa também, agora, vai entregar na Câmara, outra vez, também. Têm vários relatórios na Câmara. Você, depois, pode rever o meu processo. O que quero pedir é ajuda, ou que possam-me aumentar a pontuação do processo ou que me possam dar uma casa. Agradecia.”*

Sr. Presidente – *“Sr. José Carlos, o senhor está a ver estas pessoas que vieram aqui?”*

Sr. José Carlos – *“Claro que sim.”*

Sr. Presidente – *“Eu não sei há quanto tempo é que elas estão na situação de espera por uma casa. Eu não sei qual é a sua situação. Não sei se o senhor sabe qual é...”*

Sr. José Carlos – *“É uma situação um pouco grave.”*

Sr. Presidente – *“Não, eu digo na listagem.”*

Sr. José Carlos – *“Na listagem? A pontuação que me deram foi 4 pontos, veja lá, há tanto tempo. Já estou inscrito na Câmara há tanto tempo, já deram 4 pontos, com dois filhotes a viver num quarto. E vá lá que tenho a casa de um pai, se não tivesse a casa de um pai ia para a rua, para debaixo da ponte, pronto.”*

Sr. Presidente – *“Mas, o senhor não sabe qual é a sua posição na lista?”*

Sr. José Carlos – *“Não sei, não faço a mínima ideia, Sr. Presidente.”*

(Vozes)

Sr. José Carlos – *“Tenho 4 pontos de... Devo ter, para aí, 80 pessoas, mais ou menos, à frente, para aí.”*

Sr. Presidente – *“Olhe, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal vai dizer-lhe em que lugar é que está.”*

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – *“Na lista para T2, creio eu, lugar 84, na lista.”*

Sr. José Carlos – *“Lugar 84? OK, eu agradeço.”*

Sr. Presidente – *“É assim, nós avaliamos a situação das pessoas...”*

Sr. José Carlos – *“Claro que sim.”*

Sr. Presidente – “... as várias condições.”

Sr. José Carlos – “O Dr. Rabaçal está a ouvir a conversa. Nem que seja para aumentar um pouco da pontuação, nem que fique mais um ano ou dois à espera, mas, pronto, brevemente - tenho 4 pontos de pontuação -, porque, agora, também pus papéis novos. Já pus lá relatórios novos, que agora fui entregar à Câmara. Que o doutor possa rever o meu processo, possa responder.”

Sr. Presidente – “Os técnicos que acompanham estes processos, certamente, quando entram novos documentos, eles fazem a avaliação.”

Sr. José Carlos – “Claro que sim, eu sei disso. Claro que sim. Pronto, muito obrigado.”

Sr. Presidente – “Agradeço, também, ter vindo aqui. Fica mais esclarecido sobre a situação, está bem?”

Sr. Fernando – “O Moto Clube de Setúbal desde há muito tempo que precisa de uma sede social à medida e à dimensão das suas expectativas.

Esta foi, mais uma vez, solicitada, desde que entrou um novo presidente e foi mostrado o nosso trabalho, o nosso dinamismo, não só a nível “motard”, mas, também, social, cultural e desportivo.

A comunidade setubalense é onde nós nos sentimos mesmo inseridos e, ao longo deste teve que há pouco foi falado, quando foi da nossa votação, nós amadurecemos muito o projeto, não foi um projeto que nasceu e ficou feito. Eu sou projetista. Só no projeto do Moto Clube de Setúbal, fiz 3 ou 4 projetos. Há alterações que têm que ser feitas, quando a gente temos necessidade de melhorar a situação.

Entretanto, foi-nos dito que seria o terreno lá de cima (...). No nosso aniversário, foi, então, feita a promessa do terreno que se escolheu, depois, lá em cima, no Parque de Santiago. Por parte da Câmara Municipal e dos seus técnicos foi notório o grande empenho e, no que toca ao planeamento, desta tão desejada sede. Foram muitos os espaços apresentados até ser designado o Parque de Santiago, que foi este final e que toda a gente concordou que estávamos ali bem.

Inicialmente, a nossa intenção era haver, apenas, uma sede como as muitas que temos conhecido por esse Portugal fora. No entanto, e com a enorme colaboração da Câmara Municipal de Setúbal, foi apresentada uma alternativa arquitetónica algo espetacular, completamente fora do comum.

Enquanto diretores deste clube, nunca pensámos que pudéssemos ter uma sede daquelas. Pensámos sempre num armazém dos anos 80, que era aquilo que a gente conseguíamos pensar, mas, depois desta situação - portanto, a construção faseada da sede que foi projetada pela Câmara Municipal -, o projeto de arquitetura é um projeto ímpar, que se destaca ao nível da arquitetura e que nos dá uma referência, não só para a cidade de Setúbal, mas a nível nacional e, no contexto, “motard”, isso, então, vai ser uma coisa completamente espetacular.

Deste modo, agradecemos ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. André Martins, a toda a vereação, aos partidos CDU, PS e PSD, também, que votaram a favor deste projeto. Finalmente, agradecemos ao Departamento de Associativismo, com o Dr. Nuno, e agradecemos, também, a todos os técnicos envolvidos na nossa sede, em todo o processo. Era mesmo isto que a gente queríamos e agradeço em nome do Moto Clube de Setúbal e em meu nome. Muito obrigado do Moto Clube de Setúbal, sempre. Obrigado.”

Sr. Presidente – “Obrigado, Sr. Fernando Carvalho. Nós ficamos todos aqui à espera – todos! - do convite para a inauguração da sede e que a coisa corra bem, está bem?”



Sr. Miguel – “Vou utilizar aqui a grande potência da capacidade de síntese, que é sempre meritória, usando o Princípio de Aristóteles, que é o singular, e vou, portanto, descrever situação a partir do singular de Aristóteles, que é o exemplo, no vulgar, do caso de Lagoa da Palha, que tinha um comboio e descrevo, até, a situação assim, que é exemplar de todas as outras povoações ou locais aqui da Península de Setúbal ou do Distrito de Setúbal.

Portanto, havia um comboio que servia o apeadeiro de Lagoa da Palha ou a paragem de Lagoa da Palha. E esse apeadeiro servia pessoas como o José Damas, que é serralheiro, mas a sua esposa ia para Alhos Vedros trabalhar na costura, havia a Luísa, que trabalhava na casa de um juiz, na limpeza, e, posso generalizar, de outras profissões.

Depois, por a zona de Setúbal ser NUT 3, ou seja, a zona mais pobre, nas classificações da União Europeia, foi reconstruída o apeadeiro de Lagoa da Palha, que, já originalmente, tinha sido inaugurado em 1973, pelo, então, senhor Presidente da Câmara Municipal, portanto, antes da Revolução, até com grande aparato e exagero talvez, até, de mobiliário. Toda a gente estava nessa esperança de ter um bom serviço, finalmente.

O que aconteceu foi o contrário, é que foi suprimido completamente o comboio, sem nenhuma justificação e estando nesta situação há alguns anos, já mais de 6 anos que esta situação existe.

O meu vizinho Vítor Oliveira, que é maquinista, foi maquinista durante 40 anos na CP e não está presente porque está nas Festas do Pinhal Novo e ele, portanto, disse para eu tratar do assunto, mas ele é o autor deste projeto. Ele, com os seus conhecimentos empíricos, concebeu este conceito, que é o Comboio Circular Peninsular de Setúbal. Em que é que consiste? Consiste em aproveitar ou a mesma construção que foi feita das paragens dos comboios, em número de 16, e, portanto, para dar utilidade para que Lagoa da Palha tenha comboio. Realmente, com este conceito tem-se a solução e esta solução é barata. Não precisa de ter cais, como o IP alega ou a própria CP, porquanto, de facto, estas composições têm 3 elementos, mas um elemento cabia lá perfeitamente, como já cabia antes essa automotora de fabrico sueco.

Portanto, há aqui uma solução - a minha capacidade de síntese, espero que tenha passado, não venho para falar muito mais disso - e, portanto, havendo as condições, estão as paragens à espera do comboio. Tendo contactado, até, o Serviço da Sinalização, com o “software” faz com facilidade, em poucos segundos, a solução dos comboios e, existindo o direito adquirido que nós tínhamos o comboio e com esta questão da União Europeia, que tem o propósito de uniformizar e melhorar a situação toda a gente, ali verifica-se, até, o contrário.

Portanto, parece ter explicado. Alguma dúvida, estou ao dispor. Também não quero abusar da capacidade de síntese, portanto, talvez assim esteja claro o assunto e, portanto, o que nós pretendemos é que, amanhã, uma vez que já estão pagas a todos os empreiteiros as obras e estão terminadas, que amanhã que se possa pôr no programa de “software” a construção desta solução e que as pessoas usufruam do comboio.

Já agora, explico as virtualidades do comboio. A virtualidade do comboio é, comparativamente aos outros meios de transporte, que são de três categorias essenciais, e começando pelo comboio ou começando, até, pelo clássico do motor de explosão, o motor de combustão, que é o responsável por o Estado a que chegou o clima e outras consequências, de saúde, por exemplo. É de ter em atenção, aqui, em Setúbal, até uma situação que eu trabalho muito, que é, realmente, a poluição marítima. A IMO, que é a Organização Marítima [Internacional] tem mesmo definido que as zonas costeiras têm um índice de câncer muito superior. Portanto, mais uma razão, até, um argumento válido, científico, bem provado e, por isso, é a questão da poluição.

Mas, pondo as três classes em síntese e rapidamente, compreensivelmente, eu vou dizer, que, então, que esses motores de combustão, realmente, são responsáveis pela destruição do Ambiente, ou mais, até, da Natureza Humana, que, normalmente não é incluída. E, então, se tivermos um quilo de petróleo e quisermos transportar uma tonelada, nós, com um desses motores de baixo rendimento - 20 a 30 por cento líquido, máximo -, nós conseguimos fazer 50 quilómetros. Se, com esse mesmo quilo de petróleo e uma tonelada para transportar no meio ferroviário, nós fazemos 100 quilómetros. Se, com esse mesmo quilo de petróleo e uma

tonelada e quisermos por uma via fluvial ou aquática, então, aí, já fazemos 150 quilómetros. Daí a razão de termos a importação de mercadorias da China, tão longínqua.

Mas, já agora, para contraponto, o Prémio Nobel do Carbono 14... Ponho aqui uma ressalva que, eu estudei Ciência dos Materiais, até promovi a Elvira Fortunato na Academia de Ciências e, até, com muito gosto. Fui do primeiro curso e penso que ela foi depois. Portanto, falar do Carbono 14 dá-me um grande gosto. Esse senhor vai um bocadinho mais ao longe, é que não faz muito sentido a transportar mercadorias tão longe, porque, melhorando os terrenos e com (...) podemos ter, de facto, produtos na proximidade. É um modelo que está agora aí em causa, mas não (...) essas questões. Mas, na verdade, está aqui o problema posto, no ponto de vista de efetividade, de não precisar de investimentos nenhuns. O programa de computador está lá, é o mesmo, é só lá pôr as condições.

Nós, o que o queremos, é, tendencialmente, ter o direito adquirido e adaptado ao mercado. Agora, fala-se muito no mercado, que o Sr. Presidente tem dito, embora haja o direito... Parece que o transporte é agora, hoje em dia, um direito, devido à poluição que causa o transporte não organizado ou pessoal.

Então, eu sempre diria que, na Lagoa da Palha, atualmente existem, devido às condições que existiam inicialmente dos comboios, um senhor filósofo, um grande amigo, um senhor indiano supersimpático, meu vizinho, até, mora em frente de mim. Tem dois lares e um é em frente mesmo do meu portão. Ele, realmente, tem um empreendimento que tem ali dois lares, um para os cuidados continuados, o mais longínquo, mais longe da estação e da paragem do comboio e outro logo em frente, muito próximo da paragem. O senhor (...) fez aquele investimento. Então, ele disse que, realmente, não tem lá pessoas que estão entrevadas, então, elas têm mobilidade. Digamos, somos nós daqui a uns poucos anos, se calhar. Eu já tenho 73, vou fazer 74, daqui a uns anos eu estou lá, nessa situação. Há uns anos, se calhar. Portanto, ele tem à volta de 100 utentes em cada um dos lares. Depois, só cada família [que] seja visitada por 2 pessoas já dá outras centenas de pessoas, os próprios trabalhadores estão muito carentes e recetivos. Também aquela classe social que agora existe e, até, os fornecedores de materiais e de bens para os lares também beneficiariam do comboio. E também existem lá uma classe de pessoas que não têm meios para andar de táxi. Eu estou a ir de táxi, portanto, eu que morava ali ao pé do comboio, dispunha do comboio, eu, agora, cada viagem que faço são 7 euros para o táxi para o Pinhal Novo. E essa situação é vivida por pessoas que não têm esses 7 euros e que assinaram o abaixo-assinado com toda a deferência e interesse.

Além disso, também há uns vizinhos – vamos pôr no sentido corrente –, que, finalmente, são ex-combatentes e vêm uma utilidade. Eles têm até o transporte grátis, mas não têm transporte. (...) e estou ao dispor para outra qualquer eventual pergunta, de quem for. Muito obrigado.”

Sr. Presidente – “Sr. Miguel Lourenço, nós agradecemos muito o seu contributo. Esta questão da sua proposta, de um comboio circular bi-direcional na península de Setúbal e, portanto, dessa sua, também, sugestão de que a melhor solução, em termos de saúde pública, em termos do Ambiente, é a aposta no comboio. Eu, pelo menos, comungo dessa sua opinião e, portanto, nós agradecemos muito o seu contributo, nesta perspetiva, também, de nos chamar a atenção para estes problemas que, afinal, nós somos todos prejudicados por algumas decisões ou algumas opções que foram sendo tomadas ao longo dos anos e que, hoje, sofremos muitas consequências dessas situações. Agradeço muito a sua vinda cá e explicar-nos essa sua ideia. Fica registado aqui.”

Sr. Miguel – “Eu comecei por fazer um abaixo-assinado, a promover. Eu, a Luísa, de que falei, e o João Damas - são vizinhos – promovemos. A Luísa deu um grande contributo, pôs lá no campo de futebol e pôs no rancho folclórico, porque é minha vizinha, também. Essa Luísa que tinha trabalho na casa do vizinho e que não lhe compensa. Dá para o marido lá ir na carrinha “diesel”, mas não compensa, não há hipótese.



Faltou-me aqui só duas referências que são importantes. Tanto o senhor Diretor das Infraestruturas do Porto de Lisboa, Pedro Ponte, é engenheiro e meu amigo, meu colega lá na Ordem dos Engenheiros, ou o próprio CEO da Lisnave estão ao corrente e apoiam fortemente esta iniciativa, porque convém.

Por exemplo, eu até tenho referido – agora, até me esqueceu -, que a Lisnave tem, agora, umas encomendas de 100 milhões de euros. É pública, pode-se dizer à vontade. 100 milhões de euros para as eólicas “offshore”, um processo que eu tenho acompanhado na minha profissão, na minha atividade. E, portanto, vai precisar até de mão de obra não muito qualificada e, então, pessoas que possam usar o comboio é-lhes competitivo e o comboio, a vantagem, é que chega a horas, num horário. Tem um horário, não tem engarrafamentos e é o melhor à face da terra.

Ao dispor para tudo o que eu possa ser válido, mas o projeto é, de facto, de origem. Na realidade, eu fui uma pessoa que me queixei do meu problema, mas, quando cheguei já, passado algum tempo, quando encontrei lá o meu vizinho, dei-lhe o abaixo-assinado, para ele assinar, que assinou logo de imediato e ele, depois, explicou-me a solução que ele tinha concebido e que já tinha lutado e eu coleí-me diretamente, porque ela é válida e é peninsular e para o turismo. Não imagina o que é, o turismo ou o Museu da Música, outras iniciativas que está para existir. Até avanço aqui um bocadinho, do António Henrique, que é o grande carpinteiro de Venda do Alcaide. Ele tem também de um projeto, que não vou divulgar porque é dele, mas, pronto, também de desenvolvimento coletivo, de turismo. Eu adoraria e, depois, também convidei, até, o meu amigo Fernando Nunes da Silva, que se doutorou até na mesma universidade, em Lausanne, 10 anos depois de mim.

Ele não pode estar cá, mas o que ele concluiu, dessas análises estatísticas, foi que, realmente, este tráfego de pessoas, Lisboa como destino, regresso a casa, está, agora, a ser complementado pelo local, ou seja, o desenvolvimento, finalmente, quando chega também desenvolve nas proximidades. É o que está a acontecer.

Já agora, é uma questão. Os transportes em Portugal foram, durante muitos anos, geridos pelo Instituto de Transportes da Universidade, da EPFL, a Escola Politécnica Federal de Lausanne, escola onde nós dois nos doutorámos. Portanto, estamos ao dispor. Isso faz parte da nossa vida, não é?”

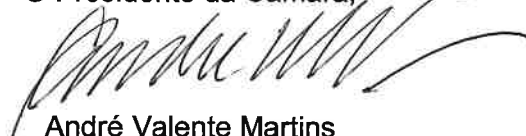
Sr. Presidente – *“Sim, senhor. Fica o seu registo, que tem aqui a informação toda e agradecemos muito a sua vinda aqui. Muito obrigado.”*

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 30 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,


André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 25 de outubro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 65 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio

